



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - ADA



Relatório de Gestão 2005

Belém – Pará
2007

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – ADA**

DIRETOR GERAL

DJALMA BEZERRA MELLO

DIRETORES

GEORGETT MOTTA CAVALCANTE
PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIEIRA SANTANA

CHEFE DE GABINETE

ALDA SELMA FROTA MONTEIRO

PROCURADOR GERAL – EM EXERCÍCIO

MARCIA LIRA DE OLIVEIRA DOPAZO A. JOSÉ

AUDITOR – CHEFE

ELMA DE NAZARÉ LUCENO CARVALHO

COORDENADOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

MARIA MARCIANA CONCEIÇÃO BATISTA

COORDENADOR GERAL PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

ADELAIDE MARIA PEREIRA NACIF

GERENTES EXECUTIVOS

ADEMIR CONCEIÇÃO CARVALHO TEIXEIRA
MILTON GUIMARÃES LIMA JÚNIOR
MARTA MARIA ROCHA - SUBSTITUTA
ANDRÉ LUIZ LOPES DE SOUZA



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - ADA



Relatório de Gestão 2005

Belém – Pará
2007

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – ADA
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA-
COPLAGE
Av. Almirante Barroso, 426 – Marco
66.090 –900 Belém-PA

www.ada.gov.br

E-mail: gabinete@ada.gov.br

Organização e elaboração – Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica –
COPLAGE/CGI/ADA
Normalização – Biblioteca da ADA
Impresso – Reprografia da ADA

Agência de Desenvolvimento da Amazônia

Relatório de Gestão 2005 / Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

Belém: ADA, 2006

1. ADA – Relatório de Gestão 2005. I. Título.

APRESENTAÇÃO

Em conformidade com a Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, (LOA 2005 – ANEXO 20) e em observância as disposições e limites constantes no Decreto nº 5.379 de 25 de fevereiro de 2005 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências e com o Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia por meio de sua Unidade Gestora 5330001-MI/SE/SECEX AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, apresenta o Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Exercício 2005, elaborado em consonância com as disposições constantes da Instrução Normativa TCU nº 47/2004, Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005 e Norma de Execução nº 1, de 05 de janeiro de 2006, do Tribunal de Contas da União – TCU.

SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA.....	8
2. OBJETIVOS E METAS	13
3. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO	25
4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.....	28
5. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS	76
6. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	76
7. CONTOLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS.....	77
8. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	77
9. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL.....	77
10. AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	79

ANEXOS

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Nome Completo e Oficial do Órgão:

AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – ADA

1.2 Número do CNPJ:

CNPJ/MF Nº 05.165.423/0001-85

1.3 Natureza Jurídica:

Autarquia Federal

1.4 Vinculação Ministerial:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL – MI

1.5 Endereço Completo da Sede:

Av. Almirante Barroso, nº 426

Bairro do Marco

CEP: 66.090-900

Tel.: (0__91) 4008-5440/5441

Fax: (0__91) 3266-0366

1.6 Endereço da Página Institucional na Internet

www.ada.gov.br

1.7 Código e Nome do Órgão, da Unidade Gestora (UGs) e Gestão Utilizado no SIFAF:

Unidade Gestora: 533.001

Gestão: 53.205

1.8 Norma(s) de Criação e Finalidade Jurisdicionada

A Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA foi criada pela Medida Provisória Nº 2.146-1, de 04 de maio de 2002 e reedições posteriores, sendo a última de Nº 2.157-5 de 24 de agosto de 2001 (ANEXO 1), tendo por objetivo implementar políticas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento da Amazônia.

A área de atuação da ADA compreende a região denominada de Amazônia Legal, construção geopolítica estabelecida em 1996 para fins de planejamento que corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parte do Maranhão que se situa a Oeste de Meridiano 44° de Longitude Oeste, representando 60% do território brasileiro, com sede e foro na cidade de Belém, Estado do Pará.

A atuação da ADA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política de Desenvolvimento Nacional Integrada e do Plano de Desenvolvimento da Amazônia e será efetuada em articulação com o Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento da Amazônia, órgão e entidades públicas dos Governos Federal, Estadual e Municipal que atuam na Região e sociedade civil organizada, conforme Regimento Interno, Resolução Nº 02, de 25 de agosto de 2003, publicado no DOU Nº 237 de 27/03/2004 – Seção 1 Fls. 17 a 21 (ANEXO 2) tendo como competências regimentais:

- Propor e coordenar a implantação do Plano de Desenvolvimento da Amazônia, sob a supervisão do Ministério da Integração Nacional;
- Gerir o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;
- Aprovar projetos a serem executados no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;
- Autorizar contratação e liberar recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, mediante proposição do Agente Operador,
- Auditar e avaliar os resultados da aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;
- Implementar estudos e pesquisas destinados à identificação de potencialidades e vulnerabilidades sócio-econômicas e ambientais e propor estratégias e ações compatíveis com o espaço regional;

- Fortalecer as estruturas produtivas da região, a partir da mobilização do seu potencial;
- Promover ações voltadas ao desenvolvimento social da região;
- Estruturar e implementar redes de informação em apoio às atividades produtivas;
- Promover a cooperação técnica, tecnológica e financeira com organismo nacionais e internacionais, voltada à integração e ao desenvolvimento regional;
- Elaborar estudos de viabilidade de projetos de integração e de desenvolvimento regional;
- Implementar programas de capacitação gerencial, de formação e qualificação de recursos humanos adequados ao mercado regional;
- Realizar estudos de ordenamento e gestão territoriais e avaliar os impactos das ações de integração e de desenvolvimento na região, especialmente do ponto de vista ambiental; e
- Verificar a adequabilidade dos projetos à política de desenvolvimento regional.

1.9 Norma(s) que estabelece(m) a Estrutura Orgânica

A estrutura regimental da Agência foi aprovada pelo Decreto Nº 4.125, de 13 de fevereiro de 2002 (ANEXO 3) alterado pelo Decreto Nº 4.652, de 27 de março de 2003 (ANEXO 4), tendo seu processo de instalação iniciado, em 22 de julho de 2002, com a posse da primeira Diretoria Colegiada, compostos por um Diretor e três Diretores indicados pelo Ministério de Estado de Integração Nacional e nomeados pelo Presidente da República. A atual Diretoria Colegiada foi nomeada, em 07 de julho de 2003, após aprovação pelo Senado Federal, sendo sua posse ocorrida em 11 de julho de 2003 (ANEXO 5).

A administração da ADA é regida por Contrato de Gestão Art. 119 MP Nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, firmado pelo Ministério de Estado da Integração Nacional e pelo Diretor-Geral da Agência.

È importante ressaltar, que após dezembro de 2002, por meio da Portaria Nº 828, de 05 de dezembro de 2002(1) do Ministério de Estado de Integração Nacional (ANEXO 6) foi atribuída à ADA a responsabilidade de administrar os instrumentos de desenvolvimento da Amazônia representados pelos incentivos fiscais com base no

imposto de renda pessoa jurídica, disciplinados pela MP N° 2.199-14/2001, responsabilidade esta, todavia, limitada aos pleitos protocolizados após a publicação de citado ato normativo ocorrida em 11/12/2002, continuando os demais a serem de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional por meio da Inventariança Extrajudicial da Extinta SUDAM, fato este evidenciado nas Portarias/MI N° 547, de 30/04/03 (DOU 07/05/2003) e de N° 838, de 20/08/2003 (DOU 22/08/2003).

A partir de 11 de novembro de 2003, com a publicação da Portaria N° 1.080-A, de 30 de outubro de 2003, também daquela Pasta, retificada no Diário Oficial da União de 20/11/2003, foi atribuída a ADA a responsabilidade pela apreciação dos pleitos de incentivos fiscais protocolizados antes de 11 de dezembro de 2002¹, com possibilidade de emissão de laudos constitutivos e aprovação de projetos técnico-econômicos, o que importou, na assunção por esta Agência, de competência para administração de processos que até então se encontravam sob a alçada do Ministério da Integração Nacional, por meio da Inventariança Extrajudicial da extinta SUDAM, logo, de todos os processos que tem por objetivo pleitos dessa natureza.

Tal fato, todavia, por si só não viabilizou, de pronto, a adoção de qualquer providência em relação aos mesmos por parte deste Órgão, na medida em que havia necessidade de remessa dos processos em questão da SUDAM à ADA. Tanto que a Portaria da Inventariança N° 48, de 18/11/2003, determina a sua Coordenadoria de Projetos que remeta a esta Autarquia todos os autos processuais e respectivos anexos de isenção e redução de IRPJ, que tramitam naquela Inventariança; e o Ofício da Inventariança CPROJ N° 394/03, de 24/11/2003, encaminhado á ADA relação dos Processos de Isenção e Redução de IRPJ que se encontravam sob a responsabilidade da Inventariança, no total de 554, informando que a transferência será imediata, tão logo sejam conferidos por servidor da Coordenadoria.

A Portaria da ADA N° 206, de 03/12/2003, por sua vez, estabeleceu procedimentos internos sobre a recepção de processos transferidos da Inventariança da Extinta SUDAM, de incentivos fiscais com base no IRPJ e Convênios.

Por outro lado, face o término dos trabalhos da Inventariança da extinta SUDAM foi, também, transferida para a ADA as competências seguintes por meio das respectivas Portarias: Portaria N° 043 de 06/11/2003 (Transferência de acervo técnico, bibliográfico e documental), Portaria N° 044 de 06/11/2003 (Transferência de bens móveis), Portaria N° 045 de 06/11/2003 (Transferência de gestão de Convênios),

Portaria Nº 049 de 21/11/2003 (Transferência de arquivo geral), Portarias ratificadas pelo Decreto Nº 4.984 de 12/02/2004, dando competência para administração dos convênios celebrados pelo Órgão extinto.

Com o advento do Decreto nº 4984 de 12.02.2004, coube à Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a gerência, administração de contratos, ajustes e convênios celebrados no âmbito da extinta Autarquia Federal SUDAM, o processamento das prestações de contas e Tomada de Contas referentes aos Convênios firmados pela extinta Autarquia Federal e outras decorrentes da transferência do arquivo geral da SUDAM.

Consta em trâmite final no Congresso Nacional, a aprovação de Projeto de Lei Complementar instituindo a nova Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, o que vem exigindo da Agência uma postura dinâmica e pró-ativa, concedendo amplitude à finalidade de induzir as ações dos setores público e privado, procedendo para tanto prioridades de ações voltadas ao resgate do planejamento estratégico do desenvolvimento regional, articuladora das políticas públicas para a Amazônia, assim como restabelecer um novo modelo de financiamento para a região.

Uma das vertentes da Agência, relativamente à amplitude de suas ações diz respeito ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, Fundo este criado pela Medida Provisória Nº 2.157-14 de 24/08/2001 (ANEXO 1), e até os meados de 2005, sem a operacionalização devida, tendo em vista a rigidez de sua regulamentação, que impedia por meio de normas envoltas de rigor em excesso, que o Fundo fosse atrativo aos Empreendedores da Região e àqueles que desejavam se instalar aqui.

Somente com a edição do Decreto Nº 5.593 de 23/11/2005 (ANEXO 7), cujas linhas alteraram substancialmente as disposições do Decreto Nº 4.254 de 31/05/2002 (ANEXO 8), tornando o Regulamento do FDA mais próximo do objetivo da sistemática, tal seja atrair e fomentar investimentos na Região, foi possível dar seguimento às análises das cartas-consulta ingressadas na Agência, e cuja análise do Projeto de Investimento caberá ao Banco da Amazônia realizar por força do Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre a ADA e aquela Instituição Financeira.

Para tanto, foram editadas pela Diretoria Colegiada, com o objetivo de otimizar o fluxo das análises a serem realizadas na sistemática do FDA, a Resolução Nº 15 de 07/11/2005 (ANEXO 9), que aprovou o roteiro para apresentação dos Projetos de Investimentos a serem analisados pelo Banco da Amazônia – BASA, e a

Resolução Nº 12, de 27 de junho de 2005 (ANEXO 10), que aprovou o roteiro para apresentação e análise de Carta-consulta no âmbito do FDA.

Quanto às Normas de Procedimento Interna e Externa, com o objetivo de regularizar fluxos e procedimentos na Agência, foram editadas em 2005 as Portarias Normativas Nº 02 de 22/03/2005 (ANEXO 14) Suprimento de Fundo, Nº 03 de 02/05/2005 (ANEXO 15) aprovou normas de procedimentos administrativos e operacionais, Nº 04 de 27/06/2005 (ANEXO 16) aprovou o Manual de orientações para transferência voluntária e a Norma de Procedimento Nº 05/2005, de 27/06/2005 (ANEXO 17) utilização de placas no âmbito dos Convênios realizados pela Agência, e Portaria Nº 07, de 25/01/2005 (ANEXO 18) que trata da prorrogação da Portaria Nº 168 de 18/11/2005.

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada

Publicado no Diário Oficial da União Nº 55, de 22 de março de 2004, Seção 1, Fls. 17 a 21 (ANEXO 2)

2. OBJETIVOS E METAS

2.1 Identificação do Programa Governamental e das Ações Administrativas do Plano de Ações

A ADA tem sob sua responsabilidade 10 Programas do Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal, que contemplam o total de 21 ações que possuem como foco estratégico o cumprimento da missão institucional da agência na Amazônia Legal, assim como o cumprimento das metas previstas no PPA e no Plano de Ação 2005 (ANEXO 19), aprovado pela Diretoria Colegiada da ADA em 31.05.2005.

Programa	Ação
0750 – Apoio Administrativo	04.122.0750.2000 Administração da Unidade
	04.301.0750.2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
	04.331.0750.2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados
	04.365.0750.2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
	04.306.0750.2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	09.272.0089.0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis
0466 – Biotecnologia	19.571.0466.4544 Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos
8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR	11.334.8009.0692 Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos
	11.128.8009.4831 Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores
0512 – Zoneamento Ecológico - Econômico	04.127.0512.8689 Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000
0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	19.571.0461.0696 Consolidação de Centros de Excelência e Núcleo de Difusão Tecnológica
1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura	20.126.1343.5474 Implantação da Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia Legal
1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – PROMOVER	11.128.1022.4640 Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade
	23.122.1022.2272 Gestão e Administração do Programa
	23.691.1022.0682 Apoio a Arranjos Produtivos Locais
	19.572.1022.4542 Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade na Amazônia
1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO (Emendas)	04.845.1025.005 E 2 Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados em Rondônia
0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	04.128.0757.4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
	04.121.0757.4664 Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
	04.121.0757.4534 Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
	04.122.0757.2272 Gestão e Administração do Programa

2.2 Descrição do Programa, Projeto/Atividade ou Ação Administrativa em Termos do Objetivo Geral, dos Objetivos Específicos e Beneficiários

1. PROGRAMA 0750 – Administração da Unidade

Descrição do Programa: Assegurar as condições necessárias para a manutenção e funcionamento do órgão, além das ações voltadas a assistência de pessoal.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Administração da Unidade – Nacional	Manutenção da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, principalmente no que se refere à modernização dos serviços administrativos e adequação de suas instalações.	Manutenção dos serviços administrativos, tais como: serviços de limpeza, conservação e vigilância das instalações físicas da Agência, serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de comunicação, serviços de fornecimento de água, energia elétrica, internet, diárias e passagens de servidores, reforma e adequação de ambiente, bem como aquisição bens móveis, de informática e outros necessários ao funcionamento adequado das atividades desenvolvidas pela ADA.	Direta através de empresas prestadoras de serviços e de fornecedores de material e de equipamentos.
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes	Garantir a assistência à saúde do servidor da ADA e seus dependentes proporcionando um atendimento de qualidade e sem interrupção	Direta através de credenciamento médico e hospitalar.
Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados – Nacional	Dotar os dependentes dos servidores públicos federais, na faixa etária de 0 a 6 anos e aos excepcionais de assistência pré-escolar.	Garantir condições de atendimento pré-escolar aos dependentes dos servidores, na faixa etária de 0 a 6 anos e aos excepcionais.	Administração Direta a Servidores
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados – Nacional	Dotar o servidor de Auxílio Transporte conforme previsão legal	Assegurar aos Servidores Ativos o deslocamento residência ao trabalho e vice-versa	Administração Direta a Servidores
Auxílio Alimentação aos Servidores Empregados – Nacional	Dotar o servidor de Auxílio Alimentação conforme previsão legal	Subsidiar as despesas com refeição aos servidores ativos, sendo-lhes pago diretamente, na proporção de seus trabalhos.	Administração Direta a Servidores

2. PROGRAMA 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Descrição do Programa: Assegurar a manutenção do pagamento aos Inativos e Pensionistas

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Pagamento de Aposentadoria e Pensão – Servidores Civis - Nacional	Dotar o Inativo e Pensionista de previdência conforme previsão legal.	Assegurar previdência aos Inativos e Pensionistas	Administração Direta a servidores

3. PROGRAMA 0466 – Biotecnologia

Descrição do Programa: Construir mecanismos técnico-institucional de articulação entre as políticas nacionais e regionais, para conservação e uso dos recursos genéticos da Amazônia, de modo a permitir seu aproveitamento sócio-econômico transformando esse potencial em fonte de renda e emprego.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Biotecnologia a Recursos Genéticos – Na Amazônia Legal	Fomentar instituições de ensino e pesquisa da área de recursos genéticos, contribuindo na formação de recursos humanos capacitados para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias a partir da biodiversidade da Amazônia.	Apoiar pesquisas aplicadas à consolidação de arranjos produtivos locais e da matriz econômica estratégica dos Estados da Amazônia Legal, e Capacitar Recursos Humanos para a realização de pesquisas, objeto de dissertações de mestrado e teses de doutorado.	Instituições de pesquisa e Universidades Públicas e Particulares, Fundações Públicas e Privadas de Amparo a Pesquisa, Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia e Planejamento, e entidades representativas do setor produtivo e da sociedade civil.

4. PROGRAMA 8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR

Descrição do Programa: Promover a capacitação organizacional e produtiva de comunidades pobres, urbanas e rurais, potencializando seus recursos e vocações econômicas, para a estruturação e/ou fortalecimento de empresas associativas e cooperativas de bens e/ou serviços com a competitividade do mercado, gerando ocupações produtivas e rendas.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores – Na Amazônia Legal.	Formar agente-multiplicadores e empreendedores na metodologia do Pronager-Amazônia para a implementação eficaz de suas ações de forma integrada e multi-institucional, visando à difusão tecnológica aos parceiros e aos beneficiários finais, com vistas a potencializar e instrumentalizar a formação de redes locais voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento de Políticas Públicas de geração de trabalho e renda.	Capacitar técnicos multiplicadores, gestores de empreendimentos locais na metodologia de atuação do programa.	Instituições Públicas e Privadas sem fins lucrativos, Técnicos, Gestores e Lideranças Locais.
Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos – Na Amazônia Legal	Apoiar projetos integrados e sinérgicos de geração e/ou fortalecimento de empreendimentos produtivos de modo que possam dinamizar a produção e causar impactos na base produtiva do APL.	Apoiar a estruturação, a organização e/ou fortalecimento de pequenos e micros empreendimentos produtivos no contexto dos APL.	Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, Sistemas S e outros parceiros locais, produtores da agricultura familiar, inclusive de assentamentos da Reforma Agrária, Pequenos e micros empreendedores, bem como desempregados e sub empregados.

5. PROGRAMA 0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico

Descrição do Programa: Instrumentalizar o planejamento estratégico visando o ordenamento território para orientar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000 – Nacional	Implementar o zoneamento ecológico-econômico visando conhecer as potencialidades e as limitações sociais, econômicas e ambientais em áreas selecionadas da Amazônia e desta forma, dotar o governo das bases técnicas e científicas necessárias para a especialização das políticas públicas que promovam desenvolvimento sustentável da região.	Subsidiar a formulação de políticas de ordenamento do território da área de influência da BR 163, orientar os diversos níveis decisórios para a adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico da Amazônia, e propor soluções de proteção e de des. que considerem a melhoria das condições de vida da população e a redução dos riscos de perda do patrimônio natural.	Instituições Regionais de Pesquisa, Universidades Públicas e Particulares, Governos Municipal e Entidades privadas representativas da sociedade.

6. PROGRAMA 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Descrição do Programa: Promoção junto às instituições de pesquisa da Amazônia, conhecimento e difusão das tecnologias nelas geradas, para que as mesmas dinamizem o setor produtivo, promovendo a inclusão social, a geração e distribuição de renda e conseqüentemente contribuam para a qualidade de vida das populações.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Consolidação de Centros de Excelência e Núcleos de Difusão Tecnológica – Na Amazônia Legal.	Apoiar a consolidação de centros de excelência e núcleos de difusão tecnológica da Amazônia tendo como foco a capacitação de recursos humanos para a consolidação de arranjos produtivos locais e da matriz sócio-econômico estratégica dos Estados da Região Amazônica.	Apoiar pesquisas aplicadas à consolidação de arranjos produtivos locais e da matriz econômica estratégica dos Estados da Amazônia Legal e capacitar Recursos Humanos para a realização de pesquisas, objeto de dissertações de mestrado e teses de doutorado.	Instituições Regionais de Pesquisa, Universidades Públicas e Particulares, Fundações Públicas e Privadas de Amparo à Pesquisa, Secretarias Estaduais de Ciência, Tecnologia e Planejamento e Entidades representativas do setor produtivo e da sociedade civil.

7. PROGRAMA 1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Descrição do Programa: Implantar uma rede de informação e articulação institucional envolvendo setores de pesca e aqüicultura da Região.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Implantação da Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia Legal	Desenvolver e dinamizar a pesca de cultivo, através da definição de políticas de ação e fomento, nos campos sócio-econômico e tecnológico, e da criação, consolidação e ampliação de uma competência e excelência regional sobre recursos piscícolas da Amazônia.	Implementar a rede de pesca e aqüicultura da Amazônia Legal, para atuar de forma colaborativa com o setor produtivo, instituições de pesquisa e difusão tecnológica e organização sociais vinculadas ao setor, promovendo o desenvolvimento e a dinamização da pesca e aqüicultura.	Instituições Regionais de Pesquisa, Universidades Públicas e Particulares, e de Fundações de Amparo a Pesquisa, pescadores e criadores.

8. PROGRAMA 1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões – PROMOVER

Descrição do Programa: Apoiar a pesquisa e difusão de tecnologias, fortalecimento, organização para instalar na região a capacidade dos atores (produtores, empresários e mão-de-obra) a formatação e implementação de comitês gestores para o pleno desempenho dos APL na Região Amazônica.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Gestão e Administração do Programa – Na Amazônia Legal	Criar condições estruturais e institucionais para o exercício eficiente do planejamento do desenvolvimento regional, a partir da estruturação do Sistema de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.	Orientar o desenvolvimento da Região indicando os caminhos da reestruturação de sua base produtiva e da superação de suas deficiências estruturais objetivando maior integração sub-regional, mais consistente interação com as economias nacional e internacional, maior grau de enraizamento das dinâmicas de desenvolvimento nos fundamentos naturais e culturais locais e maior capacidade distributiva intra e intergerações: maior poder de difusão e generalização dos resultados às necessidades das gerações futuras.	ADA, Instituições de Ensino e Pesquisa, Governos Estaduais e Municipais, ONG's e demais instituições representativas do setor
Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônia – Na Amazônia Legal	Apoiar projetos de capacitação de recursos humanos, desenvolvimento, adaptação e transferência de tecnologias (Processos, produtos e serviços) direcionados à transformação da biodiversidade amazônica, com base nas potencialidades e realidades locais visando à promoção da competitividade da economia regional.	Valorizar a biodiversidade amazônica através do seu aproveitamento econômico e incentivar a transformação dos recursos da biodiversidade como forma de melhoria de renda das populações da região amazônica.	Instituições de Pesquisa, Universidades Públicas e Particulares, Fundações Públicas e Privadas de Amparo à Pesquisa, Secretarias Estaduais de Ciência, Tecnologia e Entidades representativas do setor Produtivo e da Sociedade Civil.
Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade – Na Amazônia Legal	Propiciar a inserção competitiva da Região Amazônica, através da capacitação de pessoal, especialmente nas atividades produtivas e na prestação de serviços que resultem em vantagem diante de outras regiões.	Capacitar recursos humanos nas sub-regiões selecionadas, para suprir demandas especializadas do mercado de trabalho, decorrente do modelo tecnogerencial implantado sob a ótica da competitividade.	Instituições de Ensino e Pesquisa Pública e sem fins lucrativos, Fundações Públicas e Privadas de Amparo à Pesquisa.
Apoio a Arranjos Produtivos	Fortalecimento de arranjos produtivos em pontos	Apoiar o desenvolvimento competitivo do APL de frutas e de móveis nos Estados do Pará e	Instituições Regionais de Pesquisa,

Locais – Na Amazônia Legal	estratégicos da Amazônia objetivando a sustentabilidade nos ganhos de competitividade regional criando modelos com base em ações programadas que incentivem a produção e distribuição, difusão de tecnologias de produto e de processo, bem como informação e qualificação dos atores e propiciar a inserção de produtos regionais nos mercados nacional e internacional.	Amapá, mediante a difusão e implantação de tecnologias de sistemas de produção de frutas e madeiras apropriadas, envolvendo sistemas agro florestais, com vistas a reduzir a sazonalidade da produção de frutas. Treinamento, formação de capital social vinculado diretamente à cadeia produtiva, como forma de aumentar a eficiência produtiva das empresas e do APL; implementar centro de produção de mudas e de treinamento aos produtores e técnicos, envolvendo clones resistentes a pragas e doenças das diversas frutas tropicais, para fomento imediato aos pequenos agricultores nos vários pólos frutícolas do Pará e Amapá, além de viabilizar o aprofundamento das relações das empresas de móveis com rede de fornecedores e clientes e desenvolver estratégias competitivas, agregar valor e certificar os produtos, com vistas a ampliar a participação dessas empresas no mercado.	Universidades Públicas e Particulares, Fundações Públicas e Privadas de Amparo à Pesquisa, Secretarias Estaduais de Produção, e entidades representativas do setor produtivo e da sociedade civil.
Apoio a Arranjos Produtivos Locais – Nacional	Idem	Idem	Idem

9. PROGRAMA 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO

Descrição do Programa: Promover e apoiar ações de políticas sociais, mediante a implantação de programas e projetos focados na melhoria da qualidade de vida da população amazônica.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados	Promover e apoiar ações de políticas sociais, mediante a implantação de programas e projetos focados na melhoria da qualidade de vida da população amazônica, com a participação efetiva de instituições governamentais, não-governamentais e da sociedade civil organizada	Apoiar Projetos de Infra-estrutura (emendas Parlamentares)	Governos Municipais.

10. PROGRAMA 0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Descrição do Programa: Apoio a Promoção do conhecimento e difusão das tecnologias nelas geradas, como incentivo a inclusão social, a geração e distribuição de renda para melhoria da qualidade de vida das populações da Amazônia.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Incentivar, apoiar e buscar o desenvolvimento e a capacitação dos servidores da ADA por meio da elevação de seus conhecimentos e do aprimoramento de suas técnicas intelectuais.	Realizar cursos de capacitação, treinamentos, atualizações	Servidores da ADA
Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	Fomentar ações de capacitação e apoiar a consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e outras iniciativas de ordenamento territorial na Amazônia.	Apoiar projetos de capacitação para o Desenvolvimento Regional.	População rural e urbana de áreas com alta dinâmica econômica ou grande incidência de desmatamentos queimadas e conflitos sociais da Amazônia Legal.
Estudos para o Planejamento e Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	Apoiar o desenvolvimento de estudos setoriais, visando contribuir para o desenho de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento sustentável da região	Apoiar projetos de estudos e diagnósticos setoriais.	Instituições de Pesquisa, Universidades Públicas e Particulares, Fundações Públicas e Privadas de Amparo à Pesquisa, Secretarias Estaduais de Ciência, Tecnologia e Entidades representativas do setor Produtivo e da Sociedade Civil.
Gestão e Administração do Programa	Apoio a Estruturação do Programa	Apoiar projetos de pesquisa e estruturação do Programa	ADA, Instituições de Ensino e Pesquisa, Acordos Internacionais.

2.3 Indicadores Utilizados para Avaliar o Desempenho do Programa, Projeto/Atividade ou Ação Administrativa

Como indicadores de desempenho dos Programas quanto aos resultados previstos, tiveram como parâmetros às metas previstas no Plano de 2005 da ADA aprovada pela Diretoria Colegiada em 31/05/2005 (ANEXO 19) e PPA, considerando que para a elaboração do Plano de Ação, foram utilizadas variáveis macroeconômicas, mediante os cenários e a conjuntura atual da região.

Foi um trabalho conjunto com o Ministério da Integração e foi promovida uma maior participação dos gerentes no processo de avaliação e análise das ações,

objetivando a consolidação da visão dos resultados, concepção e gestão dos programas da ADA, segundo uma ótica conjunta.

Com base nessa premissa e visando o contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta e controle social, a ADA no exercício 2005 continuou executando suas ações embasada em consulta à sociedade civil, acentuando as relações entre Estado e sociedade.

Na avaliação de desempenho levaram-se em conta os indicadores qualitativos e quantitativos que demonstrem em relação a eficácia a variação existente entre o programado e o executado, tendo como meta o alcance pleno dos objetivos traçados no Plano de Ação da ADA para o exercício 2005, com a demonstração percentual do atendimento dessas metas.

2.4 Metas Físicas e Financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou Pactuadas com o Supervisor Ministerial

Em conformidade com a Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, (LOA 2005) e em observância as disposições e limites constantes no Decreto nº 5.379 de 25 de fevereiro de 2005 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia por meio de sua Unidade Gestora 5330001-MI/SE/SECEX AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, teve um orçamento aprovado de R\$41.540.136,00.

Da programação prevista apresentamos as metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária (ANEXO 20) e no Plano de Ação 2005 da ADA (ANEXO 19) e também as que foram pactuadas e suplementadas pelo Ministério da Integração para que fosse atingido o pleno êxito das ações previstas em comum acordo ADA/MI.

PROGRAMA 0750 – Administração da Unidade

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Instituição Mantida	Unidade	155	10.143.954,00

Obs.: O total aprovado na LOA no valor de R\$ 9.300.136,00 foi suplementado em R\$730.000,00 e de R\$ 113.818,00 remanejado do Programa 1022.0682, para custeio da unidade, totalizando R\$ 10.143.954,00.

PROGRAMA 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Pessoa Beneficiada	Unidade	1/mês	25.400,00

Obs.: O total aprovado na LOA no valor de R\$ 1.000,00 foi suplementado em R\$24.400,00 pelo MI.

PROGRAMA 0466 – Biotecnologia

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Centro Apoiado	Unidade	02	200.000,00

**PROGRAMA 8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres -
PRODUZIR**

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Pessoa Capacitada	Unidade	200	1.850.000,00
Empreendimento Gerado	Unidade	20	

PROGRAMA 0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Zoneamento Realizado	Km ²	170.000	1.610.000,00

PROGRAMA 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Centro Apoiado	Unidade	02	300.000,00

PROGRAMA 1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Rede Implantada	Unidade	01	745.000,00

**PROGRAMA 1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões –
PROMOVER**

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Projeto Apoiado	Unidade	01	4.294.388,50
Pessoa Capacitada	Unidade	300	
Arranjo Produtivo Viabilizado	Unidade	09	

Obs.: O total aprovado na LOA no valor de R\$ 4.215.000, foi suplementado em R\$ 193.206,50 pelo MI e foi remanejado para o Programa 0750, para custeio da unidade, o valor de R\$113.818,00, tendo o saldo de R\$ 4.294.388,50 para aplicação no Programa.

**PROGRAMA 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais –
PROMESO**

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Projeto Apoiado	Unidade	36	21.314.000,00

**PROGRAMA 0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e
Ordenamento Territorial**

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Servidor Capacitado	Unidade	136	2.005.000,00
Estudo Realizado	Unidade	01	
Pessoa Capacitada	Unidade	40	

3. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas

Indicadores quantitativos e qualitativos e de eficácia.

3.2 Descrição (O que pretende medir) e Tipo de Indicador (de Eficiência, de Eficácia ou de Efetividade)

Para desenvolvimento do Plano de Ação 2005 da ADA, foram considerados os objetivos e metas previstos para o presente exercício, de acordo com o referencial estratégico que engloba 04 eixos estruturantes:

- 1. Desenvolvimento organizacional** – inclui todas as atividades meio de ordem administrativa, de apoio e suporte às ações finalísticas e de capacitação interna, além das articulações, reuniões, comitês, eventos diversos, divulgação, processamento técnico para publicações, atendimento ao público e outros.
- 2. Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal** – inclui todas as ações finalísticas de articulação para materialização do novo modelo de planejamento estratégico com ampla discussão com instituições federais, estaduais, municipais sem fins lucrativos e representações da sociedade.

3. **Apoio a Projetos Estruturantes no Novo Modelo** – inclui as ações de execução finalísticas e de suporte técnico institucional para o fortalecimento do eixo condutor dos Programas e Ações da ADA e da política de desenvolvimento para a Amazônia Legal, contendo as informações gerais de cada meta bem como a situação dos programas vinculados, que mais estreitamente contribuem para o alcance dessas metas.
4. **Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável** – inclui as palestras e cursos proferidos por representantes da DAD em eventos diversos, sendo que esta ação em foco na capacitação dos atores regionais tendo como referência os critérios e prioridades das Ações Estratégicas da Agência para a região.

A análise do indicador de eficácia tem como parâmetros a execução das metas previstas no Plano de Ação e no Plano Plurianual do Governo Federal para o exercício vigente e o seu desdobramento em outros resultados que convergem para o andamento da instituição.

3.3 Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Utiliza-se para o cálculo dos indicadores uma regra de três simples, para atendimento de execução ao ano, através da seguinte expressão:

$$\frac{\text{Executado (ano)} \times 100}{\text{Programado (ano)}} = \% \text{ de execução (ano)}$$

3.4 Responsável pelo Cálculo/Medição

Os programas Governamentais incluídos no PPA 2004-2007, sob a responsabilidade da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA estão amparados pelo Decreto número 5.233 de 06 de outubro de 2004, que estabelece as normas para a gestão do Plano Plurianual 2004-2007 e de seus Programas em seu Art. 3º, Art. 4º em seu parágrafo 1º no que se refere aos Coordenadores de Ações/PPA relacionados a Natureza de responsabilidade criadas pela Instrução Normativa TCU nº 47/2004, Decisão Normativa TCU nº 71, de 7 de dezembro de 2005 e Norma de Execução nº 1, de 5 de janeiro de 2006, sendo portanto, também os responsáveis pelas informações de cálculo/medição, com cadastro no SIGPLAN para controle e acompanhamento das referidas ações, encontrando-se a seguir relacionados:

Programa	Ação	Coordenador de Ação PPA/ Responsável Medição
0750 – Apoio Administrativo	04.122.0750.2000 Administração da Unidade	Maria Marciana Conceição Batista
	04.301.0750.2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Maria Marciana Conceição Batista
	04.331.0750.2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Maria Marciana Conceição Batista
	04.365.0750.2010 Assistência Pré- Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Maria Marciana Conceição Batista
	04.306.0750.2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Maria Marciana Conceição Batista
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	09.272.0089.0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis	Maria Marciana Conceição Batista
8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR	11.334.8009.0692 Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos	Ademir Conceição Carvalho Teixeira
	11.128.8009.4831 capacitação de técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores	Ademir Conceição Carvalho Teixeira
0466 – Biotecnologia (2)	19.571.0466.4544 Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos	André Luis Lopes de Sousa
0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico (2)	04.127.0512.8689 Zoneamento Ecológico - Econômico Estadual na Escala 1:250.000	André Luis Lopes de Sousa
0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico(2)	19.571.0461.0696 Consolidação de Centros de Excelência e Núcleo de Difusão Tecnológica	André Luis Lopes de Sousa
1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – PROMOVER (1)	11.128.1022.4640 Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade	João Cláudio Tupinambá Arroyo
	23.122.1022.2272 Gestão e Administração do Programa	João Cláudio Tupinambá Arroyo
	23.691.1022.0682 Apoio a Arranjos Produtivos Locais	João Cláudio Tupinambá Arroyo
	19.572.1022.4542 Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade na Amazônia	João Cláudio Tupinambá Arroyo
1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO	04.845.1025.005 E0052 e 04.845.1025.005 E0058 Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados	Milton Guimarães Lima Junior
1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura (1)	20.126.1343.5474 Implantação da Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia Legal	João Cláudio Tupinambá Arroyo
0757 – Gestão da política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial (1)	04.128.0757.4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Maria Marciana Conceição Batista
	04.121.0757.4664 Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	André Luis Lopes de Sousa
	04.121.0757.4534 Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	João Cláudio Tupinambá Arroyo
	04.122.0757.2272 Gestão e Administração do Programa	João Cláudio Tupinambá Arroyo

(1) Francisco de Assis Costa – Resnponsável pela Ação até 05.05.2005

(2) Cássio Alves Pereira – Responsável pela Ação até 07.05.2005

4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Para a execução da análise crítica dos resultados, a ADA teve como referência o atendimento das metas previstas com base nos indicadores referidos nos itens 2.3, 3.1, 3.2 e 3.3 deste Relatório de Gestão, tendo como resultado a Avaliação dos Resultados. Apresentamos também o Resumo da Execução Orçamentária ocorrida no exercício 2005 (Quadro 8), com as suplementações ocorridas, saldos financeiros e restos a pagar dos referidos programas.

PROGRAMA 0750 – Apoio Administrativo

Ação: Administração da Unidade – Nacional

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Instituição Mantida	Unidade	154/mês	154/mês	100	8.756.573,00	8.614.907,03	98,38

Obs: Referente a pessoal a dotação aprovada foi de R\$4.583.210,00 sendo suplementado R\$730.000,00, totalizando R\$5.313.210,00 do total de pessoal os restantes R\$3.443.363,00 programado referem-se ao custeio da unidade.

Avaliação do Resultado:

Para a adequação de perfil e dos quantitativos quanto aos Recursos de Suporte para implementação das ações finalísticas, foram desenvolvidas atividades de suporte aos programas, além da manutenção dos serviços administrativos da Instituição.

Em 2005, mesmo com restrição orçamentária para desenvolvimento desta ação, foram efetuadas medidas de trabalho conjuntas e participativas com os atores envolvidos, tais como: Recuperação de equipamento odontológico; da Central telefônica, diversas aquisições objetivando o suporte logístico e de suprimento. Além da recuperação do Restaurante objetivando futura locação do espaço e revisão parcial do telhado do arquivo Geral.

Em 2005 do total do programa para o custeio administrativo foi de R\$3.443.363,00, a ADA recebeu um limite total para empenho, distribuídos em R\$3.243.363,00 em despesas correntes e R\$200.000,00 em despesas de capital da fonte 100, desse total foram executados 99,8% que atenderam as demandas elencadas nos objetivos específicos da ação.

Ação: Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados – Nacional

PRODUTOS METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Criança Beneficiada	Unidade	40/mês	26/mês	65%	31.680,00	20.791,32	66%

Avaliação do Resultado:

Dos R\$31.680,00 previstos para serem aplicados na Assistência Pré-Escolar foram realizados R\$20.791,32, correspondente a 66% do total dos créditos.

Ação: Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

PRODUTOS METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoa Beneficiada	Unidade	67/mês	107/mês	159,7	62.896,00	47.613,99	76

Avaliação do Resultado:

Dos R\$62.896,00 projetados para ação foram pagos R\$47.613,99 que corresponde a 76% do total dos créditos disponíveis. Nesta ação mesmo com a variação do número de servidores, suplementação solicitada foi suficiente para a execução da ação.

Ação: Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

PRODUTOS METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoa Beneficiada	Unidade	139/mês	141/mês	101,44	270.216,00	227.850,38	84%

Avaliação do Resultado:

Em 2005 do total programa R\$270.216,00 projetados para Ação foram executados R\$227.850,38, que corresponde a 84% dos créditos disponíveis.

Ação: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores públicos Federais

PRODUTOS /METAIS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoa Beneficiada	Unidade	127/mês	127/mês	100%	704.441,00	603.125,20	86%

Avaliação do Resultado:

Dos R\$704.441,00 projetados para a Ação foram pagos R\$603.125,28, que corresponde a 76% do total dos créditos.

PROGRAMA 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Ação: Pagamento de Aposentadoria e Pensão – Servidores Civis – Nacional

PRODUTOS /METAIS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoa Beneficiada	Unidade	1/mês	1/mês	100%	24.400,00	13.808,02	54%

Avaliação do Resultado:

A previsão orçamentária inicial para a ação era de R\$1.000,00 considerando que na elaboração orçamentária em 2004 não existia nenhum pensionistas. A partir de janeiro de 2005, foram incluídos: 01 instituidor de pensão para 02 beneficiários, havendo necessidade suplementar de 23.400,00, que receberam um total de R\$13.808,02 entre salários, vantagens e acordo judiciais (3,17% e 28,86%) durante o exercício de 2005.

Ação: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

PRODUTOS METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoal Beneficiado	Unidade	312	312	100%	318.148,00	271.716,66	85%

- Obs.: 1. O valor aprovado pelo OGU foi de R\$204.330,00, sendo suplementado R\$113.818,00, que atingiu o total de R\$318.148,00;
 2. Dos R\$318.148,00 previsto para a ação foram executados R\$271.716,66 o que gerou um saldo de R\$46.431,34

Avaliação do Resultado:

Dos R\$318.148,00 previsto para a ação foram executados R\$271.716,66, o que gerou um saldo de R\$46.431,34. Entretanto a suplementação de R\$113.818,00 só ocorreu em 23 de dezembro 2005.

O presente relatório contém dados concernentes às atividades desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Médica, Odontológica e de enfermagem, nos meses de Janeiro a Dezembro de 2005.

Atividade Médica:

- Prestar consultas médicas aos servidores e dependentes da ADA, bem como atender internamente no SAMS, aposentados e pensionistas da extinta SUDAM.
- Atendimentos de urgência internamente
- Encaminhamentos para exames de diagnósticos.
- Internações hospitalares
- Perícias e triagens médicas
- Exames de Saúde Ocupacional (exame médico periódico, exames admissional etc).
- Homologação de atestados médicos
- Licenças Médicas
- Visitas hospitalares e domiciliares
- Membro da Junta Médica Oficial do órgão
- Pareceres médicos para fins de aposentadorias
- Inspeção técnica para Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas na área médica.

Atividade de Enfermagem:

- Medida de pressão arterial
- Pequenas cirurgias
- Aplicações de Injetáveis
- Aplicações de Infravermelho
- Demais atividades afins de Saúde
- Curativos

Atividade de Odontologia:

- Consultas odontológicas
- Perícias e pareceres odontológicos
- Encaminhamento aos credenciados
- Homologação de atestados odontológicos
- Inspeção técnica para fins de Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas.

Número de atendimentos realizados no período de janeiro a dezembro de 2005.

- Médica - 1.972
- Odontológica - 246
- Enfermagem - 747
- Total - 2.965 (**)

** No total de números de atendimentos estão incluídos os atendimentos médicos, odontológicos, de enfermagem, encaminhamentos externos, internações, consultas, exames laboratoriais etc. Bem como os atendimentos internos aos servidores da extinta Sudam, aposentados, pensionistas, e servidores da Gerap/Sudam.

Pontos positivos:

- O esforço da Diretoria Colegiada no sentido de dar continuidade ao trabalho médico-psico-social para os servidores e seus dependentes, para que todos sintam-se apoiados e seguros.
- O esforço da CGP no sentido de intensificar as ações que proporcionem e estimulem o envolvimento dos servidores e familiares em atividades saudáveis, tanto do ponto de vista físico, quanto emocional, visando a melhoria da qualidade de vida, de cada servidor e seus dependentes do Programa de Assistência Médica.
- O esforço da COGAF no sentido de conseguir verba suplementar, devido ao déficit orçamentário projetado
- Recuperação do Gabinete odontológico, para dar continuidade ao atendimento interno nessa área.
- Manutenção da refrigeração do Sams.
- O apoio da Cogea, na compra de material de manutenção para esta unidade.
- Implantação da Ginástica laboral no órgão.
- O modelo de Auto-gestão, ainda é o que melhor atende as necessidades referentes à assistência à saúde dos beneficiários.

Pontos negativos:

- A não realização dos exames médicos periódicos
- Suspensão do atendimento médico odontológico externo
- O desequilíbrio financeiro em relação a dotação orçamentária
- O Aumento dos valores da Tabela da CBHPM- Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos da AMB – Associação Médica Brasileira.

1. Gestão Orçamentária/Financeira

Em conformidade com a Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, (LOA 2005 – ANEXO 20) e em observância as disposições e limites constantes no Decreto nº 5.379 de 25 de fevereiro de 2005 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia por meio de sua Unidade Gestora 5330001-MI/SE/SECEX AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, teve um orçamento aprovado de R\$41.540.136,00, conforme demonstra o Resumo de Execução Orçamentária (Quadro 8) e Nota Explicativa (ANEXO 22). Somando-se ao orçamento inicial foram criados mais R\$ 730.000,00 de créditos suplementares referente à despesa de pessoal e R\$24.400,00 de pensionistas mais transferências recebidas de R\$608.482.742,50 para despesas correntes e de capital, sendo que R\$ 607.789.536,00 destinadas ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, R\$500.000,00 para o Programa Resposta ao Desastre/ Socorro e Assistência a Pessoas Atingidas por Desastres e R\$193.206,50 destacado para o programa/Ação – Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões – Promover/ Apoio a Arranjos Produtivos Locais, totalizando dessa forma R\$650.777.278,50 que deduzindo as descentralizações de R\$2.395.022,89 perfaz o total da previsão da receita no Balanço Orçamentário de R\$648.382.255,61, onde foram executados R\$645.664.428,05, correspondente a 99% do total fixado. No Balanço Orçamentário foi executado R\$642.666.279,96 não estando incluído nesse total R\$2.395.022,99 de destaque concedido e R\$603.125,20 da execução da ação Contribuição da União e de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Por ocasião do encerramento do exercício de 2004, foi registrado em Restos a Pagar, o montante de R\$500.540.850,58, sendo R\$ R\$940.850,58 referente a fornecedores, e R\$499.600.000,00 do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, desse total no decorrer do exercício foram cancelados empenhos, no valor R\$607.455,09, R\$300.580,34 foram pagos e o saldo R\$499.632.815,15 foram reinscritos. Vale Ressaltar que foi reescrito em 2005 o valor de R\$499.600.000,00 referente ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e um R\$ 32.815,15 de Fornecedor. Quanto aos Restos a Pagar 2005 para pagamento em 2006, seu valor total é de R\$1.130.805.707,19, sendo R\$36.790,93 de Fornecedores do Exercício, R\$14.880,00 de Exercícios Anteriores e R\$1.130.086.341,17 de Restos a Pagar não

Processados a Liquidar, sendo desse total R\$1.107.389.536,00 do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e o restante R\$22.696.805,17 de Fornecedores e convênios, conforme Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial .

Empenhos Emitidos por Natureza de Despesa

	Discriminação	Valor R\$
	<i>Despesas Correntes</i>	105.607.675,89
333041.00	Transferências a Estados – Contribuições	1.225.169,00
334041.00	Transferências a Municípios – Contribuições	234.585,00
335039.00	Transferências a Instituições Privadas	336.850,00
338039.00	Transferências a Organismo Internacionais	2.712.000,00
319000.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.193.801,54
339008.00	Assistência Pré-Escolar	20.791,32
339014.00	Diárias	243.633,97
339030.00	Meterial de Consumo	176.850,30
339033.00	Passagens e Despesas com Locomoção	527.997,99
339036.00	Outros serviços de Terceiros de PF	153.547,11
339037.00	Locação de mão-deobra	1.157.300,51
339039.00	Outros serviços de Terceiros de PJ	2.095.286,76
339045.00	FDA - Equalização de Preços e Taxas	91.168.430,00
339046.00	Auxílio Alimentação	227.086,54
339047.00	Obrigações Tributárias e Contributiva	15.440,16
339049.00	Auxílio Transporte	47.613,99
339092.00	Despesas de Execercio Anteriores	4.776,49
339093.00	Indenizações e Restituições	66.515,21
	<i>Despesas de Capital</i>	537.058.604,07
443042.00	Transf. A Estados – Auxílios	1.565.614,50
444042.00	Transferências a Municípios – Auxílios	18.168.302,31
445052.00	Transferências a Intit. Privadas – Equipamentos	160.000,00
449052.00	Equipamentos e Material Permanente	543.581,26
459066.00	FDA - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	516.621.106,00
Total Geral		642.666.279,96

2. Empenhos emitidos pelo SIASG:410 ▪ Empenhos emitidos pelo SIAFI: 841

3. Ordens bancárias emitidas: 1701

4. Diárias Concedidas: 1819,5

5. Concessão de Suprimentos de Fundos: 19

2. Gestão Administrativa:

A Administração Fundamentada nas regras instituída pela Portaria Normativa nº01, de 22 de Junho de 2004, intensificou e a sistematização das rotinas administrativas no que diz respeito a contratação de obras e serviços.

Intensificou-se, também, o uso de Pregão eletrônico por força do Decreto 5450/2005, mostrando-se a forma em economia administrativa.

Em que pese muitas das ações de grande impacto não puderam ser concluídas em decorrência de que os limites orçamentários não foram suficientes para execução como exemplo: Manutenção da frota, contratação de empresa para confecção de projetos arquitetônico, Hidráulico e elétrico para o edifício sede objeto a recuperação do mesmo.

2.1 Contratação Direta

A execução de contratação Direta pela ADA, ocorreu por Dispensa e inexigibilidade.

2.1.1 Dispensa com fulcro no ar. 24 da Lei 8666/93 (Quadro1)

As dispensas estribadas nos incisos seguem o rito da Portaria Normativa nº22/2004 seguem o fluxo.

2.1.2 Inexigibilidade com fulcro no ar. 24 da Lei 8666/93 (Quadro2)

Todas as inexigibilidade enquadradas possuem análise e manifestação jurídica. As unidades técnicas cabem expor, justificar e atender a guia de orientação contida na Lei 8666/93 e nos pareceres emitidos a fim de reste sempre preservado os princípios contidos na CF/88. Após cabe ao gestor decidir segundo seu juízo e dos elementos juntados nos autos a factibilidade de contratação e submetendo a contratação ao colegiado.

2.2 Licitações (Quadro 3 - Pregão e Convite)

Todas as licitações são instruídas e repassam pela análise jurídica. E quando há o encerramento do evento licitatório o processo retorna para verificação da legalidade dos atos praticados, permitindo a tomada de decisão pela autoridade que homologa e adjudica o objeto do certame seja respaldo por pressuposto fático da observância das normas legais.

Neste exercício poucas licitações foram desertas ou fracassadas como demonstra o Quadro3, em decorrência ou de que não houve interesse ou não puderam cumprir os ritos previstos. Frisa-se que com o site www.comprasnet.gov.br as licitações possuem uma abrangência nacional, isto é, há uma divulgação que permite outros fornecedores concorrerem gerando no final economia .

Outro ponto importante neste ano foi a utilização do Sistema de registro de preço tanto como carona ou gerenciador que em linha permitiu economia a esta instituição.

2.2.1 Contratos em Vigência (Quadro4)

Os contratos contínuos possuem gestores que acompanham a sua execução e são responsáveis pela manifestação quando de aditivos cabendo a diretoria colegiada a provação destes instrumentos.

2.3 Inventário de Bens de Propriedade da ADA (Anexo 31)

No exercício 2005 a ADA instituiu a Comissão de Inventário de Patrimônio, através da Portaria 147, de 03.10 de 2005, objetivando o levantamento de todos os bens móveis, acervos técnicos, bibliográficos e documentais, pertencentes a instituição.

Ressaltamos que para os bens sob a responsabilidade dos servidores da ADA, são emitidos Termos de Transferências de Responsabilidade pelo Sistema de Administração de Patrimônio.

2.4 Relatório da Comissão de Inventário (Anexo 32)

No exercício 2005 a ADA instituiu a Comissão de Inventário de Material de Consumo em Estoque no Almoxarifado, através da Portaria No 146, de 03.10.2005 e Portaria No 163, de 17.11.2005, objetivando inventariar o material de consumo e material permanente existente conforme RMA e relatório SIAFI.

3. Política de Recursos Humanos

A Coordenação de Gestão de Pessoas da ADA, tem como finalidade gerir a vida funcional do elemento primordial de qualquer organização – “O ser humano”. Seus atos administrativos são baseados na **Lei Nº 8.112 de 11/12/1990**, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Publicas Federais.

A movimentação de toda a gestão de pessoas, está centrada no Servidor: suas atribuições e responsabilidades, previstas na estrutura organizacional, bem como seus direitos, motivação e integração.

O quadro real de servidores no período de janeiro a dezembro de 2005 nesta Agência ficou assim discriminado: 129 (cento e vinte e nove) servidores ativos permanentes, 05 servidores Requisitados, 14 Comissionados e 05 Procuradores da AGU, perfazendo um total de servidores de 153. Deste total, temos 03 servidores Cedidos para outros Órgãos, 02 Licenciados para tratar de Interesses Particulares e 01 Licenciado para Mandato Classista, tendo permanecido em atividades na ADA um total de 147 servidores.

Ressaltamos que também no mês de novembro de 2005, foram redistribuídos 04 Servidores Ativos Permanentes para o MPO, mas seus proventos permaneceram em folha de pagamento da ADA até dezembro/2005, em virtude de estarem se submetendo ao processo de levantamento de débitos junto ao sistema.

A seguir anexamos quadro sintético da situação/dezembro 2005.

Quadro Demonstrativo Sintético Dezembro de 2005

COD	SITUAÇÃO	QUANTIDADE
1	ATIVO PERMANENTE	129
2	REQUISITADO	05
3	NOMEADO EM COMISSÃO	14
4	PROCURADORES/CGF/AGU	05
TOTAL		153
5	CEDIDOS	03
6	REDISTRIBUÍDOS p/ MPO	04
7	LICENCIADOS	03
TOTAL DE SERVIDORES EM ATIVIDADES		143

3.1 Quadro Quantitativo de Servidores/Pensionistas da ADA

Servidores/Pensionistas 2005

SERVIDORES	QUANTITATIVO
<i>Servidores Efetivos</i>	129
<i>Servidores Requisitados</i>	05
<i>Servidores Cargos Comissionados</i>	14
<i>Servidores em Exercício descentralizado de Carreira</i>	05
<i>Sub - Total (01)</i>	153 <i>Servidores Ativos</i>
PENSIONISTAS	02
<i>Sub-Total (02)</i>	02 <i>Pensionistas</i>
TOTAL GERAL (01 + 02)	155

3.2 Quadro Analítico dos 155 Servidores/Pensionistas

Presentes no Gerencial SIAPE até Dez/2005

FORÇA DE TRABALHO ATÉ DEZEMBRO DE 2005														
CÓD.	ANO 2004/2005	2004	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005
SIT.	MESES	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	DESCRIÇÃO	QDE												
.01	ATIVO PERMAN.	129	129	128	128	128	128	128	128	128	127	127	127	127
.03	REQUISITADO	7	7	7	7	7	5	5	4	4	5	5	5	5
.04	NOM.CARG.CO MISS	15	15	16	12	12	13	13	14	15	15	15	14	14
.08	CEDIDO	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
.18	EXERC. DESCENT. CARREL./REQUISITADO/AGU	6	6	2	2	2	4	4	4	4	4	4	4	5
	ATIVOS-SUB-TOTAL	158	158	155	151	151	152	152	152	153	153	153	152	153
	INATIV. SUB-TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	BENEFICIÁRIO DE PENSÃO	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2
	TOTAL GERAL	158	158	156	152	152	153	153	153	154	154	155	154	155
Fonte: Dados extraídos do SIAPE/GERENCIAL/GRCOSITCAR/05														

3.3 Quadro de Detalhamento de Servidores nas Seguintes Situações:

*Cedidos, Licenciados e **Redistribuídos (Até Dez/2005)

PUBLICAÇÃO NO DOU:	Qtd	Org.	Servidores Cedidos
Port. Nº1055, de 21/10/03, Pub. No DOU: 23/10/03	1	ANSS	ANA SUELY ALVES FERREIRA
Port. Nº06, de 10/01/05, Pub. No DOU: 12/01/05	1	SIPAM	PEDRO ALBERTO MOURA ROLIM
PUBLICAÇÃO NO DOU:	Qtd	Org.	Servidor de Licença para Desempenho de Mandato Classista
Port. Nº114, de 27/07/2004, pub. Boletim Interno de 10/08/04 (Biênio 2004/2006)	1	SINTSEP-PA	GERSON DA SILVA LIMA
PUBLICAÇÃO NO DOU:	Qtd	Org.	Servidores de Licença para Tratar de Assunto de Interesse Particular
Port. Nº 138, de 09/09/05, pub. BS nº36, de 12/09/2005	1	-	FÁBIO CUNHA FIOCK DA SILVA
Port. Nº 166, de 28/11/05, pub. BS, de 29/11/2005	1	-	WANDERELEY LOPES ANDRADE JÚNIOR
*NOTA 1 - (01) Uma servidora cedida para Advocacia Geral da União, conforme portaria 00/00/2005, publicado no DOU: de 00/00/05. Foi liberada do quadro da ADA, para AGU, a partir de 01/01/2006.			
**NOTA 2 - (04) Quatro servidores redistribuídos para Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, conforme portaria conjunta de 24/11/2005, publicado no DOU: de 25/11/05. Foram liberados do quadro da ADA, para MPO, a partir de 01/01/2006.			

3.4 Quadro dos 129 Servidores Efetivos

Por Nível e Categoria Funcional

NÍVEL SUPERIOR			
CATEGORIA FUNCIONAL	QUANT.	SITUAÇÃO Dez/ 2005	* OBS
ADMINISTRADOR	3	1	1 - Licença para Tratar de Interesses Particulares 1- Redistribuído para GRPU- DF
ANALISTA DE SISTEMA	2	2	-
ASSISTENTE SOCIAL	4	3	1- Cedido para ANS- RJ
AUDITOR	2	2	-
BIBLIOTECÁRIO	3	3	-
CONTADOR	3	3	-
ECONOMISTA	13	13	-
ENGENHEIRO AGRONOMO	15	14	1 -Licença para Tratar de Interesses Particulares
ENGENHEIRO FLORESTAL	5	5	-
ENGENHEIRO	7	7	-

NÍVEL SUPERIOR			
CATEGORIA FUNCIONAL	QUANT.	SITUAÇÃO Dez/ 2005	* OBS
GEÓGRAFO	1	1	-
GEÓLOGO	1	1	-
MÉDICO	2	2	-
ODONTÓLOGO	1	1	-
SOCIÓLOGO	1	1	-
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3	2	1- Licença para Desempenho de Mandato Classista
TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	1	1	-
TOTAL	67	62	05

NÍVEL MÉDIO			
CATEGORIA FUNCIONAL	QUANT.	SITUAÇÃO Dez/ 2005	OBS
AGENTE ADMINISTRATIVO	22	22	-
AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE	2	2	-
AGENTE DE PORTARIA	3	3	-
AGENTE DE PROGRAMA ASSISTENCIAL	1	0	1- Redistribuído para GRPU-PA
ARTÍFICE DE ELETRICIDADE E COMUNICAÇÃO	2	1	1- Redistribuído para GRPU-PA
ARTÍFICE DE ARTES GRÁFICAS	2	2	-
ARTÍFICE DE MECÂNICA	1	0	1- Redistribuído para GRPU-PA
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1	1	-
DATILÓGRAFO	8	8	-
OPERADOR DE COMPUTADOR	4	4	-
PROGRAMADOR	4	3	-1 Cedido para SIPAM-PA
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	12	11	-1 Cedido para AGU
TOTAL	62	57	05

NÍVEL AUXILIAR			
CATEGORIA FUNCIONAL	QUANT.	SITUAÇÃO <i>Dez/ 2005</i>	OBS
Obs: Não existem	0	0	0

3.5 Quadro Analítico Sistematizado de Servidores Efetivos da ADA

NÍVEIS	QUANT. DE SERVIDORES EFETIVOS NA ADA EM DEZ/2005	QUANT. DE SERVIDORES EFETIVOS *AUSENTES DA ADA EM DEZ/2005	QUANT. GERAL DE SERVIDORES EFETIVOS DA ADA
SUPERIOR	62	5	67
MÉDIO	57	5	62
AUXILIAR	0	0	0
TOTAL GERAL	119	10	129

*Servidores Ausentes: 03 de Licença, 03 Cedidos e 04 Redistribuídos.

3.6 Aspectos Legais Observados

Conforme os dados solicitados apresentados segundo nossos registros.

3.7 Admissão

No exercício de 2005 foram admitidos para exercerem Cargos Comissionados nesta Agência, 05 (cinco) servidores, conforme discriminado abaixo e no Quadro 5, com os referidos cargos e substituições.

SERVIDORES CARGOS COMISSIONADOS		
DAS	CARGOS	ADMISSÃO
DAS- 101.4	Chefe de Gabinete	Por Contratação
DAS- 101.4	Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - COPLAGE	Por Contratação
DAS- 101.4	Gerencia de Promoção e Investimento- GEPIN	Por Contratação
DAS- 101.4	Gerencia Executiva de Meio Ambiente – GEMAM	Por Requisição
DAS-101.3	Coordenador de Gestão de Pessoas - CGP	Por Contratação
TOTAL = 05		

3.8 Remuneração do Pessoal Ativo

Quadro Demonstrativo de Remuneração do Pessoal Ativo da ADA

Levando-se em consideração que há uma dinâmica acelerada de variação de dados na composição de Quadro de Pessoal durante ano, tomaremos como Fonte de dados a Folha de Pagamento do mês Dezembro de 2005 desta Agência. Neste sentido, o quadro de pessoal da ADA estava constituído por 153 Servidores Ativos e 02 Beneficiários de Pensão, totalizando 155 Servidores Ativos/Pensionistas, cujo impacto na folha demonstramos abaixo:

Balancete Contábil SIAFI - 2005	
EXERCÍCIO: 2005	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR
31901100 - Vencimento e Vantagens Fixas	4.526.937,06
Vencimentos e Salários	4.172.242,63
13º Salário	354.694,43
31900800 - Outros Benefícios Assistenciais	1.040,00
31900900 - Salário Família	
31901300 - Obrigações Patronais	161.339,43
31901600 - Outras Despesas Variáveis	108.112,71
31909100 - Sentenças Judiciais (Ação não Transit. Julg.)	
31909100 - Sentenças Judiciais (Precatórios)	
31909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	380.432,44
31909400 - Indenizações Trabalhistas	
SUB-TOTAL	5.177.861,64
PESSOAL INATIVO	
31900100 – Aposentadorias e Reformas	-
Proventos e Pessoal Civil	-
13º Salário	-
31909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	-
PESSOAL PENSIONISTA	
31900300 – Pensões	15.939,90
Pensões Civis	12.929,50
13º Salário	1.063,92
31909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.946,48
TOTAL GERAL	5.193.801,54

Fonte: Dados extraídos do (BALANCETE CONTÁBIL SIAFI/2005)

3.9 Cessão

No exercício de 2005 foram cedidos para outras instituições 02 (dois) servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Agência, conforme quadro abaixo:

SERVIDORES CEDIDOS	
Quantitativo	Instituições
01	SIPAM
01	AGU
TOTAL = 02	

3.10 Requisição de Servidor

No exercício de 2005 foi requisitado para exercer Cargo Comissionado nesta Agência, 01 (um) servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA, conforme quadro abaixo:

SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO	
<i>DAS- 101.4</i>	<i>Gerencia Executiva de Meio Ambiente – GEMAM</i>

3.11 Provimento de Servidores Públicos e Contratação de Consultoria

Quanto ao provimento de servidores públicos os dados já foram informados no item- 2.1 Admissão. Quanto a Contratação de Consultoria no exercício de 2005, não houve nenhuma solicitação por esta Coordenação.

3.12 Quadro Demonstrativo da Distribuição de Pessoal – (Áreas Meio e Fim)

ÁREA DE GESTÃO	
DIRETORIA	SUB-TOTAL = 3
GABINETE	CHEFIA =01
	SECRETARIA= 07
	CCI – 03
	SUB-TOTAL = 11
PROCURADORIA JURÍDICA	CJC=01
	CJC= 01
	SECRETARIO= 01
	PROCURADORAS= 03
	SUB-TOTAL = 6
AUDITORIA	CHEFIA =01
	SECRETARIA= 02
	CCI – 01
	CCE= 02
	SUB-TOTAL = 6

ÁREA DE GESTÃO	
TOTAL=26	
ÁREA MEIO	
COGAF	COORDENAÇÃO = 01
	ASSISTENTE TÉCN. = 01
	COFI= 06
	COGEA =21
	CGP =15
	CPC = 7
	TOTAL=51
ÁREA FIM	
COPLAGE	COORDENAÇÃO =01
	CGTI= 9
	CGI=7
	CEIR=1
	CPA=2
	BIBLIOTECA= 2
	SUB-TOTAL = 22
GEDES	COORDENAÇÃO =01
	ASSISTENTE TÉCN. = 01
	CCPDS= 1
	CEPS= 3
	SUB-TOTAL = 6
GEPE	GERENTE =01
	ASSISTENTE TÉCN. = 01
	CDPE= 2
	CCTF=1
	SUB-TOTAL = 5
GEPIN	GERENTE =01
	SECRETARIA= 3
	CGFDA= 16
	CCRDN= 1
	UGEFIN= 8
	SUB-TOTAL = 29
GEMAM	GERENTE =01
	ASSISTENTE TÉCN. = 01
	SECRETARIA= 01
	CCTI= 4
	CMA= 4

ÁREA DE GESTÃO	
	SUB-TOTAL = 11
TOTAL = 73	

Quadro de Sistematização de Distribuição de Pessoal por Áreas

ÁREA DE GESTÃO	TOTAL= 26
ÁREA MEIO	TOTAL = 51
ÁREA FIM	TOTAL = 73
TOTAL GERAL = 150	

Obs: Para a compreensão do cômputo geral do nº de servidores/pensionistas equivalente a 155, além dos 150 acima discriminados, contam ainda: 02 (dois) servidores Cedidos para outros órgãos da administração pública federal, 01 (um) a disposição do SINDSEP e 02 (dois) pensionistas.

No exercício de 2005 foram concedidos 02 (dois) Benefícios de Pensão nesta Agência, em virtude de falecimento de 01 (um) instituidor, conforme quadros abaixo:

PENSÃO	
INSTITUIDOR	BENEFICIÁRIOS
01	01-Filho-idade de 17 anos
	02- Filho- idade de 5 anos
TOTAL DE INSTITUIDOR = 01	

3.13 Programa de Estágio

A Coordenação de Gestão de Pessoas também desenvolveu Ações do **Programa de Estágios da ADA**, atuando como elemento de ligação entre as unidades técnicas e administrativas, observando os seguintes critérios:

- Distribuir de maneira equitativa e racional as vagas disponíveis entre as unidades da ADA, observando os itens de localização, especialidades e necessidades;
- Analisar os currículos encaminhados a ADA, indicando para recrutamento os estudantes selecionados;
- Formalizar o Termo de Compromisso;
- Cadastrar o estudante, na condição de estagiário, providenciar o crachá e apresentá-lo à unidade solicitante;

- Orientar os estagiários quanto aos direitos e deveres constantes no Manual dos Estagiários;
- Fazer o acompanhamento do Estagio por meio das fichas de frequências e Avaliações mensais
- Informar as Unidades de Ensino a que o estagiário esta vinculado, quando da interrupção do estudante no Programa de Estagio;

Estágio: Principais Produtos e Metas

PRODUTOS /METAIS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Contratação de Estagiários	Estagiário Contratado	30	30	100	50.275,00	50.275,00	100

Avaliação de Resultados:

Em 2005 foram efetivadas 41 oportunidades de Estágios para alunos de diversos Cursos, matriculados regularmente em Instituições de Ensino da rede pública e privada Conveniadas com a ADA em conformidade com a Legislação pertinente. Do total de 41 estudantes que desenvolveram estagio no ano de 2005 nas diversas Unidades Técnicas e Administrativas da ADA, 10 concluíram, 05 pediram para sair do estágio, em decorrência de outras oportunidades e 26 ainda permanecem na Instituição.

Ressaltamos que o Programa de Estagio na ADA, tem se constituído, além do Objetivo precípua de oportunidade de aperfeiçoamento pessoal e sócio profissional, contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento da capacidade técnica instalada na região.

Resumo das Atividades de Capacitação e Estágio

Ações de Capacitação/ Treinamento	48
Oportunidades de Capacitação/Treinamento Efetivados	339
Eventos Motivacionais Realizados	07
Estagiários Contratados	41
Estágios Concluídos	15
Estagiários em atividades na ADA	26

No Plano Plurianual 2004/2007, para o exercício 2005 a Agência do Desenvolvimento da Amazônia atuou em 8 Programas Finalísticos divididos em 15 Ações a seguir apresentadas:

PROGRAMA 0466 – Biotecnologia

Ação: Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos

Principais Produtos e Metas:

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Centro Apoiado	Unidade	02	01	50	200.000,00	200.000,00	100

Avaliação dos Resultados:

Nesta ação foi fomentado um Centro de Ensino e Pesquisa da Amazônia por meio de Convênio, neste caso a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. O Convênio foi realizado no mês de dezembro de 2005, portanto, com a execução programada para o decorrer de 2006.

O convênio com a UFRA foi para apoio ao projeto de “Adequação e ampliação do Complexo de Tecnologia da Madeira do Núcleo Interinstitucional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – NDSA para implementação de pesquisa e assistência técnica ao setor de base florestal”, sendo repassado um montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Para esta ação estava previsto o apoio a dois centros de excelência, porém o recurso foi repassado na sua totalidade a somente um Centro por haver um grande esforço do Governo Federal, e em especial do Ministério da Integração Nacional, no fortalecimento das Instituições de Pesquisas na área de influência da BR-163, como é o Núcleo de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – NDSA, visando o suporte científico e tecnológico das ações governamentais previstas no Plano BR-163 Sustentável.

Das metas físicas programadas foi realizado 50% e da financeira 100%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

PROGRAMA 8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR

Do total programado pelo OGU no valor de R\$ 1.850.000,00 para este Programa foram destinados o valor de R\$ 1.710,00 para o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-ONU/FAO como cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica Internacional-UTF/BRA/040/BRA-TF054151 assinado em 07/12/2004 com vigência até 30.12.2007, como o objetivo de implementar as metas pactuadas no Acordo, conforme Relatório do Projeto Exercício 2005 (ANEXO 26).

Ação: Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos

PRODUTO S / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projetos Apoiados	Unidade	02	02	100	1.460.000,00	1.460.000,00	100

Avaliação dos Resultados

Do valor programado nesta ação R\$ 120.000,00 do recurso foi destinado para execução direta para estruturação do programa.

Das metas físicas programadas foi realizado 100% e da financeira 100%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

Ação: Capacitação de técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores

PRODUTO S / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projetos Apoiados	Unidade	02	02	100	390.000,00	327.830,00	84

Avaliação do Resultado

Do total programado para esta ação os recursos no valor de R\$20.000,00 (Vinte Mil Reais) estão destinados para apoiar o Projeto “Programa de Enriquecimento e Recuperação de Matas Ciliares”, com o objetivo de recuperação de matas ciliares e

produção de mudas frutíferas, firmado com a Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte, no mês de dezembro de 2005, portanto, com a execução para o decorrer de 2006.

Das metas físicas programadas foi realizado 100% e da financeira 84%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

PROGRAMA 0512 – Zoneamento Ecológico – Econômico na Amazônia Legal

Ação: Zoneamento Ecológico - Econômico Estadual na Escala 1:250.000

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Zoneamento Ecológico-Econômico	Km ²	170.000	150.000	88	1.610.000,00	1.317.138,00	83

Avaliação dos Resultados:

A execução orçamentária desta ação foi efetivada por meio de dois Convênios de cooperação técnica e financeira; o primeiro com a Universidade Federal do Pará – UFPA que objetivou o apoio ao projeto “Fortalecimento dos Laboratórios de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto na Amazônia”, com recursos de custeio no total de R\$ 73.430,00 (Setenta e três mil e quatrocentos e trinta reais).

O segundo convênio foi celebrado com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas e objetivou o apoio ao Plano para Macrozoneamento e ao Desenvolvimento Sustentável da Área de influência da Rodovia BR 319 (Manaus – Porto Velho). O ZEE da BR 319 será realizado na escala de 1: 250.000, numa área de aproximadamente 150.000 Km², localizadas na região sul/sudeste do Estado do Amazonas e que abrangem os municípios de Manaquiri, Beruri, Canutama, Lábrea, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Apuí, Borba e Careiro.

Os recursos repassados a SDS foram à sua totalidade através de convênio, perfazendo um montante de R\$ 1.243.708,00 (Hum milhão duzentos e quarenta e três mil e setecentos e oito reais). Sendo a contrapartida da SDS no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais).

Das metas físicas programadas foi realizado 88% e da financeira 83%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

PROGRAMA 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ação: Consolidação de Centros de Excelência e Núcleo de Difusão Tecnológica na Amazônia Legal

Principais Produtos e Metas:

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Centro Apoiado	Unidade	03	02	67	300.000,00	295.080,00	99

Avaliação dos Resultados:

Nesta ação estava previsto inicialmente o apoio à consolidação de três centros de excelência, entretanto, foram efetivados dois convênios, um em favor da Universidade Federal do Pará – UFPA no valor de R\$ 25.400,00 (Vinte e cinco mil e quatrocentos reais) para o apoio ao projeto “Fortalecimento dos Laboratórios de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto na Amazônia”; e outro com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA no valor de R\$ 269.680,00 (Duzentos e sessenta e nove mil seiscentos e oitenta reais) para o apoio ao projeto “Adequação e ampliação do Complexo de Tecnologia da Madeira do Núcleo Interinstitucional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – NDSA para implementação de pesquisa e assistência técnica ao setor de base florestal”.

Dos R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) previstos para a execução da ação, R\$ 295.080,00 (Duzentos e noventa e cinco mil e oitenta reais) foram utilizados, indicando uma realização de quase 100% dos recursos previstos inicialmente. Os convênios foram realizados no mês de dezembro de 2005, portanto, com a execução programada para o decorrer de 2006.

Das metas físicas programadas foi realizado 67% e da financeira 99%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

PROGRAMA 1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura**Ação: Implantação da Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia Legal - REPAQ****Principais Produtos e Metas:**

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projeto Apoiado	Unidade	03	03	100	745.000,00	703.928,56	94

Avaliação do Resultado:

Nesta ação a execução financeira foi destinada a 03 projetos, sendo um disponibilizado no exercício de 2005, executado de forma direta pela ADA, através da modalidade de Pregão, no valor de R\$ 205.520,00 para aquisição de Equipamentos (80 computadores), que serão utilizados para o Projeto de inclusão digital de comunidades pesqueiras na Amazônia Legal como complementação a Rede de Pesca na ação de fortalecimento e estruturação de parcerias locais com a finalidade de atualização e alimentação permanente de informações de pesca e aqüicultura.

Dois projetos ficaram inscritos em restos a pagar, foram avençados com a UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia e com o Governo do Estado do Amazonas/SEPROR, nos valores respectivos de R\$ 327.601,72 e R\$ 150.000,00. A execução física ocorrerá no exercício de 2006.

A UFRA, objetiva concluir a pesquisa de monitoramento dos manguezais no norte brasileiro que servirá para subsidiar as intervenções nestas áreas de reservas extrativistas. Ao Governo do estado do Amazonas, através da SEPROR, cabe implementar política de apoio à comercialização e regulação de estoques de pescados na Meso Região do Alto Solimões, objeto de parcerias interministeriais, incrementando as ações do Ministério da Integração Nacional.

Do total programado para esta ação obtivemos o percentual previsto de 91,6% em sua execução financeira e 100% da execução física.

Das metas físicas programadas foi realizado 100% e da financeira 94%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

PROGRAMA 1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER

Ação: Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projetos	Unidade	08	07	87,5	800.000,00	764.343,05	96

Avaliação do Resultado:

Nesta ação a execução financeira foi destinada a 07 projetos, sendo 01 convênio com a Universidade Federal do Pará - UFPA para o Desenvolvimento Regional de Arranjos Produtivos Locais de Economia Solidária no valor de R\$ 101.900,00, 02 com a Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá para Apoio a capacitação e Treinamento para o desenvolvimento de APLS do Amapá e Apoio a Estruturação do Conselho Gestor de gestão tecnológica compartilhada /organização de governança para o fortalecimentos dos APL no Estado do Amapá., nos valores de R\$ 97.669,00 e R\$ 90.000,00, respectivamente, 02 com a Prefeitura Municipal de Macapá para o Desenvolvimento de Agricultura Familiar e Desenvolvimento de Produção de Móveis nos valores de R\$ 150.000,00 e R\$ 65.674,05 respectivamente, 01 com a Prefeitura Municipal de Santarém para a Central de Atendimento ao Empreendedor Cidadão no valor de R\$ 150.000,00 e 01 com o Governo de Roraima para Apoio a Capacitação para produtividade nos APLS no valor de R\$ 110.000,00.

Todos os projetos ficaram inscritos em restos a pagar e sua execução física ocorrerá no exercício de 2006.

Das metas físicas programadas foi realizado 87,5% e da financeira 96%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

Ação: Gestão e Administração do Programa

META FÍSICA	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projeto Estruturado	Unidade	03	02	67	540.000,00	305.601,64	57

Avaliação do Resultado:

Esta ação está prevista para estabelecer as bases para o planejamento e gestão do Programa, como suporte a estruturação do Sistema de Planejamento, bem como na montagem dos mecanismos para a sua implementação. Do total programado foi efetuado 56% do previsto, em decorrência da não liberação até o final do exercício, do limite orçamentário pelo Ministério da Integração, sendo que como meta física foi considerado satisfatório por se tratar de uma meta única subdividida em ações para alcance de seu resultado.

Das metas físicas programadas foram realizadas 67% e da financeira 57%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação, no atendimento de seu objetivo.

Ação: Apoio a Arranjos Produtivos Locais – Na Amazônia Legal

META FÍSICA	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projetos	Unidade	15	22	146	2.680.000,00		
SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					193.206,50		
REPASSADO AO 0750					- 113.818,00		
TOTAL					2.759.388,50	2.748.208,89	100

Avaliação do Resultado

Do total programado na LOA no valor de R\$2.680.000,00, ocorreu uma suplementação orçamentária do Ministério da Integração no valor de R\$193.206,50 para complementação da ação. Sendo R\$113.818,00, repassado para o Programa 0750 por autorização do MI para complementação solicitada pela ADA.

Nesta ação das metas físicas previstas foram firmados 22 convênios para desenvolver os seguintes projetos: Centro de Produção de Mudanças Certificadas de Fruteiras Tropicais no Estado do Pará/complementação de atividades – Pa no valor de R\$120.000,00 firmado com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC; Aquisição de reagentes e vidrarias e equipamentos para manutenção do laboratório de análise físico, químicas e microbiológicas/Complementação de Ação – PA no valor de: R\$120.000,00, com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARA; Apicultura na Região de Belém através do apoio à aquisição de equipamento para produção e assistência técnica ao APL de apicultura – PA no valor de: R\$80.000,00, com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Pará – SEBRAE; Unidade Tecnológica para secagem de madeira no pólo moveleiro e organização de governança para o fortalecimento de APL no Estado do Amapá no valor de: R\$80.000,00, com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do Amapá – SEBRAE/AP; Estudos integrados de desenvolvimento da pós-colheita de espécies frutícolas em cultivo convencional e protegido (Solo, Substrato e Hidroponia; Propagação *in vitro* de Fruteiras Tropicais para Fortalecimento do Setor Produtivo através do apoio para implantação de unidade de produção de mudas no valor de R\$119.486,90 com a Universidade Federal Rural da Amazônia; Certificação participativa do agro-extratativismo familiar na região do baixo Tocantins-Pa para consolidar o mercado de produtos orgânicos derivados de frutas no valor de: R\$190.000,00, com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Apoio ao fortalecimento do Laboratório físico –química do IEPA – Ap no valor de: R\$320.000,00 com o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá – IEPA; Aquisição de materiais e equipamentos para implantação de um laboratório de controle de qualidades de alimentos de origem agropecuária no museu integrado de Roraima para apoio ao fortalecimento de nos APL de grãos, piscicultura e movelaria no valor de: R\$3000.000,00 com o Governo de Roraima; Elaboração e editoração do livro “Açaí para todos” mais uma estratégia para a consolidação do APL de fruticultura-Pa no valor de: R\$89.997,24; Estudo integrado de espécies em regime protegido, pós-colheita e comportamento de açaí e cupuaçu sob efeito da sazonalidade (complementação de Ação) Pa através do método de condução do açazeiro) no valor de R\$150.495,60; Projeto “Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais de Economia Solidária na Amazônia”, com recursos de custeio no total de R\$ 159.000,00; Desenvolvimento de alimentos funcionais a partir de subprodutos do APL de

fruticultura - Pa no valor de: R\$230.000,00 com a Universidade Federal do Pará - UFPA; Implantação de um viveiro com capacidade de 30.000 mudas no valor de: R\$60.047,41 com a EMBRAPA Amazônia Oriental; Desenvolvimento de Tecnologia de APL da fruticultura no valor de: R\$138.368,00 com a EMBRAPA Amazônia Oriental.

Os convênios com a Prefeitura de Macapá foram para apoio aos projetos de “Desenvolvimento da Produção Hortícola na Agricultura Familiar”, sendo repassado um montante de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); e “Desenvolvimento da Produção de Móveis de Vime e do Manejo Sustentado do Cipó Titica”, sendo repassado um montante de R\$95.674,05 (noventa e cinco mil seiscentos e setenta e quatro reais e cinco centavos).

O convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte, objetivou o apoio ao Projeto “Programa de Enriquecimento e Recuperação de Matas Ciliares”, no valor de R\$36.435,00 (Trinta e Seis Mil, Quatrocentos e Trinta e Cinco Reais).

Outro firmado com a Prefeitura Municipal de Mão do Rio para execução do Projeto “Casas de Farinha Mecanizadas”, no valor de R\$104.012,42 (Cento e Quatro Mil, Doze Reais e Quarenta e Dois Centavos) e um celebrado com a Prefeitura Municipal de Santarém para execução do Projeto “Identificação da Viabilidade Econômica da Cultura do Carauá para Agricultura Familiar”, no valor de R\$20.000,00.

Os convênios foram firmados no final do exercício de 2005, ficando os recursos a serem liberados inscritos em restos a pagar, perfazendo um montante de R\$2.748.208,89 e a execução prevista para o exercício de 2006.

Do total programado para execução física obtivemos o percentual previsto de 146%, em sua meta financeira e 100%, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

Ação: Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade na Amazônia**Principais Produtos e Metas:**

PRODUTOS / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realiz	Programado	Realizado	% de Realização
Projetos Apoiados	Unidade	02	01	50	195.000,00	110.000,00	56

Avaliação dos Resultados:

Nesta ação estava previsto inicialmente o apoio a dois projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica, entretanto, foi efetivado um convênio em favor Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá - IEPA para apoio ao “Projeto de Reestruturação do Backbone do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá e Implantação de Rede Lógica do Centro de Incubação de Empresas”, no valor de R\$ 153.206,50 (cento e cinquenta e três mil duzentos e seis reais e cinquenta centavos) dos quais R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) de recursos da ADA, sendo complementados com R\$ 43.206,50 (Quarenta e Três Mil, Duzentos e Seis Reais e Cinquenta Centavos, do Ministério da Integração Nacional), pois o projeto tratava-se somente de recursos de capital.

Das metas físicas programadas foi realizado 50% e da financeira 56%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

PROGRAMA 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO**Ação: Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados**

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projeto Apoiado	Unidade	58	47	81	21.314.000,00	17.628.615,84	83

Avaliação do Resultado:

Nesta ação foram apoiados os convênios de infra-estrutura, oriundos de emendas parlamentares para o Estado de Rondônia no valor previsto de R\$21.314.000,00, foi autorizado pelo Ministério da Integração Nacional a liberação do valor de R\$17.628.615,84 representado 83% de sua meta financeira para celebração de 47 convênios com Prefeituras do Estado de Rondônia, inscritos em restos a pagar 2006, discriminados no Quadro 6.

Das metas físicas programadas foi realizado 81% e da financeira 83%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

PROGRAMA 0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial**Ação: Capacitação de servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação**

PRODUTO/ METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL R\$		
		Programado	Executado	Resultado (%)	Programado	Executado	Resultado (%)
Capacitação de Servidores	Nºde Servidores Capacitados	150	339	226%	235.000,00	234.349,78	100 %

Avaliação dos Resultados da Execução:

A Coordenação de Gestão de Pessoas da ADA, priorizou em 2005 o atendimento ao Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, que constitui um dos alicerces da base operacional desta Agência, onde detectamos a ocorrência de fragilidades que buscamos resolver através do desenvolvimento e capacitação das equipes de trabalho. Vale destacar que a equipe da COGAF é a mais numerosa da ADA (46 servidores), incluído a esta atualmente a Comissão Permanente de Convênios.

Na medida do possível, procuramos atender todos os demais setores da ADA, com base no Levantamento das Necessidades de Treinamento – LNT (ANEXO 23) realizado por esta Coordenação junto às Unidades Técnicas e Administrativas da ADA, que apresentaram uma demanda muito superior a que seria possível realizar, embora tenha sido esclarecido a todos os Gerentes e Coordenadores a necessidade de priorização das ações.

Todo o trabalho da CGP foi realizado com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas de nosso corpo funcional, que precisa estar preparado para desempenhar seu papel na ADA, sem deixar de antever a criação da Nova SUDAM.

Foram investidos R\$ 234.349,78 em diversas Ações de Capacitação, assim especificadas: Cursos de curta, média e longa duração; Presenciais; a Distância; Turma Fechada (In company); Treinamentos Internos e Externos; Seminários; Fóruns; Feiras; Workshops; Videoconferências; Congressos; Jornadas; Encontros e Semanas. Além de Eventos Motivacionais / Integração dos Servidores realizados na ADA e em outros locais, tais como: Dia Internacional da Mulher; Dia das Mães; Arraiá da ADA; Quinta Diálogos (Concurso de Logomarca); Dia do Servidor Público e III Feira de Talentos da ADA e um convênio como a Universidade Federal do Pará para a execução de um “Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia” no valor de R\$100.000,00 (Cem Mil Reais), direcionado a formação do capital humano regional para o fortalecimento da capacidade técnica da Amazônia, com oferta de 20 vagas aos servidores públicos federais submetidos aos critérios de seleção definidos em Edital. O convênio foi realizado no mês de dezembro de 2005, inscrito em restos a pagar, com sua execução programada para o decorrer de 2006/2007.

Vale ressaltar que muitas das Ações de Capacitação/Treinamentos e Motivacionais, oportunizadas aos servidores, ocorreram por meio de parcerias e não incorreram em custos.

Na Execução Física conseguimos realizar 226% e na financeira 100% do Programado, pretendíamos que cada servidor participasse pelo menos de 01(uma) ação de capacitação, o que felizmente ocorreu, consideramos que o resultado atingido foi bastante significativo e com boa repercussão nos trabalhos desenvolvidos na ADA, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

Nos valores investidos em capacitação estão computados os gastos com inscrição em Ações diversas e diárias para servidores que deslocaram - se para participarem em Eventos fora de Belém. Mas, também é importante ratificar que muitas ações de capacitação/Treinamentos de grande valor para o desenvolvimento das equipes foram efetivadas através de eventos realizados na ADA, no MPO, MI e Entidades parceiras, sem que houvesse necessidade de investimento em pagamento de inscrições.

Desta forma consideramos que os resultados da Capacitação/Treinamento na ADA foram expressivamente positivos, conforme demonstrado nos quadros anexos a seguir:

QUANTITATIVO POR TIPO DE EVENTO

TIPO DE EVENTO	QUANTITATIVO
CURSOS PRESENCIAIS	20
CURSOS À DISTÂNCIA	01
CURSOS TURMA FECHADA (IN COMPANY)	03
TREINAMENTOS EXTERNOS	01
TREINAMENTOS INTERNOS	03
SEMINÁRIOS INTERNOS	03
SEMINARIOS EXTERNO	06
FEIRAS	01
WORKSHOP	01
FORUM	01
VIDEOCONFERÊNCIAS	03
CONGRESSO	01
JORNADA	01
ENCONTROS	02
SEMANA	01
SUB – TOTAL	48
EVENTOS MOTIVACIONAIS/INTEGRAÇÃO	07
TOTAL- GERAL	55

Obs: Foram realizados 48 Eventos de Capacitação/Treinamentos e 07 Motivacionais de Integração dos servidores, perfazendo um total geral de 55 (cinquenta e cinco Eventos realizados em 2005, conforme demonstra o quadro acima.

SITUAÇÃO DE REALIZAÇÃO DOS EVENTOS

EVENTOS REALIZADOS EM BELÉM	28	EVENTOS COM CUSTOS COM INSCRIÇÕES	17
EVENTOS REALIZADOS FORA	20	EVENTOS SEM CUSTOS COM INSCRIÇÕES	31
TOTAL GERAL	48	TOTAL GERAL	48

Obs.: Sempre que possível, procuramos preparar nossos colaboradores em Ações de Capacitação realizadas em Belém. Como pode ser observado, aproximadamente 60% do total das Ações aconteceram em Belém e a maioria cerca de 65% do total dos eventos sem custos com inscrições.

NÚMERO DE SERVIDORES POR AÇÃO DE CAPACITAÇÃO

Nº	Ação de Capacitação: Palestras/Cursos/Seminários/Congressos e Treinamentos	Número de Participantes
1.	Curso Elaboração e Execução de Orçamento Público (à distância)	02
2.	Curso de Especialização em Desenvolvimento do Planejamento Regional	03
3.	Curso AACR 2 (Código de Catalogação Anglo Americano) Revisão 2002: Atualização	01
4.	Seminário Nacional “Aspectos Polêmicos das Licitações e Contratos da Administração Pública”.	03
5.	Curso Auditoria Planejada Via SIAFI	07
6.	I Seminário Interno de Tecnologia da Informação para Apoio às Atividades Finalísticas da ADA (Treinamento Interno)	45
7.	Treinamento para Elaboração de uma Nova Metodologia de Análise Prévia e de Vistoria Técnica de Projetos	23
8.	I Seminário de Avaliação Institucional da ADA	49
9.	Curso SIAFI – Execução Orçamentária e Financeira – Básico (à distância)	02
10.	II Seminário de Execução de Projetos Financiados com Recursos Externos	02
11.	XII Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais Vinculadas ao Ministério da Educação	01
12.	21ª Feira Internacional de Embalagens & Processos Industriais	01
13.	Seminário Excelência na Gestão Focalizada em Resultados (Treinamento Interno)	53
14.	Curso Contratação Direta sem Licitação e Curso Sistemas de Licitação na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico	04
15.	II Seminário de Licitações e Contratos da Amazônia	02
16.	Curso de Capacitação em Web Designer	06
17.	Treinamento Interno Sobre Análise de Prestação de Contas em Convênios	12
18.	Seminário de Licitações e Contratos	02
19.	Treinamento: Atualização em SIAPE/SIAPEcad e SIAPENet	02
20.	Workshop da Amazônia – Frutas Tropicais	02
21.	Videoconferência sobre Reforma Previdenciária	05
22.	Videoconferência sobre Saúde no Trabalho	02
23.	Treinamento Interno sobre SISAC – Sistema de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão	04
24.	Videoconferência sobre Cadastro de Dependentes em Ambientes WEB e outras Funcionalidades	04
25.	8º Congresso Brasileiro de Clínica Médica	01
26.	Curso Análise e Melhoria de Processos	01
27.	Curso Didática para Instrutores	01
28.	Curso Elaboração de Projetos	03
29.	Curso Sistema de Licitação na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico	01
30.	Curso Elaboração, Gestão e Prestação de Contas de Convênios	06
31.	Curso Licitações e Contratos na Administração Pública	03
32.	Curso Gerenciamento de Projetos	04
33.	Curso Elaboração de Projetos	01
34.	Curso Convênios da Solicitação à Prestação de Contas	06
35.	Seminário Sudeste e Cursos promovidos pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho	01
36.	VI Jornada Brasileira de Direito Processual Civil	01
37.	Curso de Atualização e Aperfeiçoamento da Lei 8.112/90-Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais	05
38.	III Encontro Nacional de Dirigentes de RH do SIPEC	02
39.	Curso de Open Office	18
40.	Curso Gerenciamento de Projetos	04
41.	II Semana de Administração Orçamentária, Financeira & Contratações Públicas	02
42.	Curso Contabilidade Pública e Análise de Balanço – Teoria e Prática	03

43.	Seminário Ética na Gestão Pública – VI Encontro de Representantes Setoriais da Comissão de Ética Pública	02
44.	IV Encontro Nacional dos Agentes de Comércio Exterior – IV ENAGEX	02
45.	Curso Composição de Custos e Formação de Preços de Serviços	03
46.	Curso Multiplicadores da Ética Pública	02
47.	Curso de Avaliação de Gestão da Ética	01
48.	Curso Planejamento Estratégico, com Ênfase nas relações Interpessoais	29
	TOTAL	339
48 EVENTOS REALIZADOS		
339 OPORTUNIDADES		

Obs.: O Quantitativo de 48 (quarenta e oito) Ações/Eventos de capacitação e 339 (trezentos e trinta e nove) oportunidade justifica-se, pelo fato dos servidores terem participado mais de uma vez em eventos de Capacitação/Treinamento, conforme é visto no quadro acima.

Ação: Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Principais Produtos e Metas:

PRODUTOS / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programa do	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projeto Apoiado	Unidade	01	01	100	130.000,00	121.400,00	93

Avaliação dos Resultados:

Dos R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais) previstos para a execução da ação, R\$ 121.000,00 (Cento e vinte e um mil reais) foram utilizados, indicando uma realização de quase 100% dos recursos previstos inicialmente. O recurso utilizado foi para apoio ao projeto de “Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial”, com o objetivo de promover a formação de gestores públicos em políticas públicas de desenvolvimento regional, ambiental e de crédito e de financiamento às atividades produtivas de forma interativa, através de atividades articuladas e planejadas de ensino, com base na realidade amazônica. O convênio foi realizado com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA no mês de dezembro de 2005, portanto, com a execução programada para o decorrer de 2006.

Das metas físicas programadas foi realizado 100% e da financeira 93 %, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

Ação: Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Principais Produtos e Metas:

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projeto Apoiado	Unidade	03	03	100	370.000,00	360.900,00	97

Avaliação dos Resultados

Nesta ação estão previstos os recursos no valor total de R\$370.000,00 (Trezentos e Setenta Mil Reais), sendo executado o valor de R\$360.900,00, representando 97,5% da meta financeira, sendo que a liberação dos recursos está inscrito em restos a pagar, da meta física prevista foram formalizadas três transferências, representando 100% de sua execução, sendo um convênio no valor de R\$48.150,00 (Quarenta e Oito Mil, Cento e Cinquenta Reais) firmado com a Prefeitura Municipal de Santarém, visando a execução do Projeto *“Identificação da Viabilidade Econômica Cultural do Curauá para a Agricultura Familiar”*, celebrado no mês de dezembro de 2005, com sua execução programada para o decorrer de 2006. Outro convênio firmado com o Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – POEMA no valor de R\$146.850,00 para o Projeto *“Estudos sobre Comercialização para Empreendimentos Populares: Insumos Técnicos para o Fortalecimento de de APL’s na Amazônia ”* e um contrato com a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, no valor de R\$165.000,00, para a realização do Estudo *“Avaliação dos Impactos Econômicos e Distributivos da Expansão das Exportações Agroindustriais da Região Amazônica”*

Das metas físicas programadas foi realizado 100% e da financeira 97 %, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

Ação: Gestão e Administração do Programa

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projeto Apoiado	Unidade	03	03	100	1.270.000,00	1.238.789,88	98

Avaliação do Resultado:

Nesta ação do total programado foi realizado (falta o percentual), o aporte para os acordos internacionais Projeto BRA/04/001-ADA/OEA entre a ADA e a Organização dos Estados Americanos no valor de R\$ 683.902,50, assinado em 30.01.2004 com vigência até 28.02.2007 e para o Projeto BRA/04/002-ADA/PNUD entre a ADA e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no valor de R\$ 318.000,00, assinado em 15.10.2004 com vigência até 28.02.2006, com o objetivo de fortalecer institucionalmente a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, no sentido de dotar a Agência de meios e instrumentos necessários para habilitá-la ao cumprimento de sua missão, voltada à promoção do desenvolvimento, na perspectiva dos papéis a serem desenvolvidos pela Instituição que a sucederá, a Nova SUDAM, com detalhamento no item ACORDOS INTERNACIONAIS.

Nesta ação foi previsto também recursos para acompanhamento dos convênios transferidos da extinta SUDAM no valor de R\$ 90.000,00 para execução direta.

Das metas físicas programadas foram atingidas 100% de sua execução e nas metas financeiras 98% no exercício 2005 que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no atendimento das atividades com a adequação ao fim a que se destinou.

PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

Estes programas ocorrem com aportes com o objetivo de atender as metas previstas nos Acordos Firmados entre a ADA e os seguintes organismos internacionais:

Acordo: ADA/PNUD – Documento de Assistência Preparatória – BRA/04/002

Forma de Execução: Indireta, mediante Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Área de Abrangência: Amazônia Legal

Objetivo: Dotar a ADA de meios e instrumentos necessários para habilitá-la ao cumprimento de sua missão, voltada à promoção do desenvolvimento da Amazônia, na perspectiva dos papéis a serem desenvolvidos pela nova Instituição, em fase de criação.

Produtos e Metas:

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Documento do Novo Projeto de Cooperação Técnica elaborado	Documento	01	01	100	7.000,00	6.770,00	96,71
Programa de Capacitação, elaborado e aprovado.	Programa	01	0	10	23.700,00	0,00	0
Sistemas de gestão, de informação e de avaliação, desenvolvidos e implantados.	Sistema	06	02	33,3	248.020,00	48.000,00	19,35
Plano de Marketing Institucional da ADA/Nova SUDAM, elaborado.	Plano	01	01	100	10.500,00	4.950,00	47,14
Estrutura administrativa técnica e operacional estabelecida e funcionando adequadamente no Projeto.	Percentual	100	100	100	50.615,00	31.064,86	61,4
Equipamentos para revitalização do Centro de Treinamento da ADA, adquiridos	Equipamento	03	0	0	20.000,00	0,00	0
Ações/projetos estratégicos, em parceria, nas áreas de infra-estrutura econômica e social, de ciência e tecnologia e meio ambiente, formuladas.	Projetos	04	0	0	49.500,00	0,00	0
TOTAL	----	-----	-----	-----	409.235,00	90.784,86	22%

Avaliação do Resultado:

O documento de Assistência Preparatória – Projeto BRA/04/002, assinado em 15 de outubro de 2004 foi elaborado com o objetivo de fortalecer institucionalmente a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, no sentido de dotar a Agência de meios e instrumentos necessários para habilitá-la ao cumprimento de sua missão, voltada à promoção do desenvolvimento da Amazônia, na perspectiva dos papéis a serem desenvolvidos pela nova Instituição que a sucederá, a Nova SUDAM.

A elaboração do documento Assistência Preparatória foi concluída e encaminhada para aprovação pelo PNUD e ABC, em 16 de dezembro de 2003, e, somente em outubro de 2004 é que foi assinada, devido as questões referentes às Decisões do Tribunal de Contas da União, quanto a aplicação da legislação brasileira na condução dos projetos de cooperação.

O acontecimento desses fatos não foi diretamente determinante para a baixa execução das atividades do Projeto, porém, interferiram, sobremaneira, no cumprimento da programação prevista. Da mesma forma, a indefinição quanto à obtenção de sistemas informatizados já existentes em outros órgãos, também, contribuiu para o atraso no início do produto programado para ser alcançado, referente ao desenvolvimento e implantação de sistemas de gestão. Somente no final do exercício de 2005, é que se deu início ao desenvolvimento desses sistemas, que serão concluídos até o final de março/2006.

Uma outra razão que explica o estágio atual do Projeto foi a falta de resposta, por parte das Universidades às cartas-convite encaminhadas, por duas vezes, para atender ao Edital correspondente à elaboração do Programa de Capacitação – Resultado 1.2.

Dessa forma, devido ao pouco tempo disponível para a conclusão do Projeto, foi realizada uma revisão substantiva mediante a qual, excluiu-se alguns produtos (Programa de Capacitação, Aquisição de Equipamentos para o CTM e Ações/projetos estratégicos nas áreas de Infra-estrutura-econômica-social, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente) e estendeu-se seu prazo de execução até 28 de fevereiro de 2006 para a realização somente daqueles produtos possíveis de serem alcançados.

Assim, como pode ser observado no Quadro acima, no exercício de 2005 foram realizadas as seguintes ações: Elaboração do novo Documento de Projeto, a ser aprovado pela ABC e PNUD; Elaboração do Plano de Marketing e encontram-se em

fase de conclusão a construção de 2 sistemas de gestão (sistema de protocolo, patrimônio e almoxarifado e sistema de gestão dos projetos de cooperação técnica.

A medida implementada para sanear as distorções havidas no Projeto foi a elaboração e aprovação da Revisão Substantiva do Projeto, que permitiu a adequação da programação ao período de tempo disponível.

Nesse contexto, a Ação 1 – Elaboração do documento do projeto foi 100% realizado, muito embora o recurso gasto tenha sido na ordem de 96,71%, explicado pelo fato dos honorários cobrados pelo consultor contratado tenha sido menor do que o programado, mediante resposta ao Edital.

A ação 2 – Programa de capacitação elaborado e aprovado teve 0% de execução física e financeira e foi excluída da programação, mediante Revisão substantiva, devido ao insucesso verificado nas respostas às carta-convites expedidas, por duas vezes.

A ação 3 – Sistemas de gestão e avaliação desenvolvidos e implantados, foram programados 6 e estão sendo realizados 2, correspondendo a uma execução física e financeira de 33,3% e 19,35%, respectivamente. A causa do não alcance integral do programado deve-se a demora na definição quanto a obtenção desses sistemas junto ao Ministério da Integração Nacional, o que não ocorreu até a data do início dessa ação.

A ação 4 – Plano de Marketing Institucional da ADA/NOVA SUDAM, realizado 100% fisicamente e 47,14%, financeiramente, devido ao fato dos honorários cobrados pelo consultor contratado tenha sido menor do que o programado, mediante resposta ao Edital.

A ação 5 – Estrutura Administrativa técnica e operacional do Projeto alcançou quantitativamente 100%, tendo porém, um alcance financeiro de 61,4%, em virtude da ADA ter suprido parte da estrutura operacional do Projeto, com material de consumo e outros insumos, não importando, porém, em gastos no orçamento do projeto.

A ação 6 – Equipamentos para a revitalização do Centro de Treinamento da ADA, execução física e financeira 0%, em função de que para a aquisição desses equipamentos, primeiramente seria necessário a recuperação física desse Centro, o que não ocorreu, tendo sido excluída da programação, mediante Revisão Substantiva no Projeto.

A ação 7 – Ações/projetos estratégicos, em parceria, nas áreas de infraestrutura econômica e social, de ciência e tecnologia e meio ambiente. Execução física e financeira 0%, tendo sido excluída da programação, mediante Revisão Substantiva no Projeto, devido as Unidades Técnicas demandantes dessa ação, as executaram com recursos de outras fontes.

Ressalta-se que os recursos para execução do Projeto, em 2005, constituíram-se de saldo do Projeto BRA 96/025, no valor de R\$409.235,00 relativo a aportes realizados no exercício de 2000. Desse total programado foram gastos R\$90.784,86, que corresponde a 22%, restando um saldo de R\$318.450,14, reprogramado no novo documento de Projeto para desenvolver novas ações em 2006. Informa-se, ainda, que a ADA aportou para o PNUD, em 2005, R\$ 318.000,00, os quais integralizarão o valor programado para 2006, o que totaliza R\$ 636.450,14.

No anexo apresentamos o relatório de execução do exercício 2005 do Acordo ADA/PNUD (ANEXO 24).

Acordo: ADA/OEA – Projeto de Ações Integradas para o Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – PRODESAM (Projeto/BRA/OEA/04/001)

Forma de Execução: Cooperação Técnica Internacional - Modalidade Execução Nacional

Área de Abrangência: Amazônia Legal

Objetivo: Contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Principais Produtos e Metas:

Projeto/BRA/OEA/04/001

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Plano de Desenvolvimento da Amazônia, elaborado (1)	Percen.	100	50	50	210.196,05	121.000,00	57,57
Banco de Dados da Amazônia – BADAM, ampliado e modernizado (2)	Percen.	100	30	30	189.490,33	71.126,00	37,54

Planejamento Estratégico Institucional elaborado (3)	Percen.	100	30	30	77.197,94	8.400,00	10,88
Programa para o gerenciamento integrado de recursos hídricos da Amazônia elaborado-Etapa de ordenamento territorial (4)	Plano Elaborado	01	01	100	133.504,00	34.960,00	26,19
Laboratório de geoprocessamento e sensoriamento remoto reaparelhado e modernizado(5)	Unid.	01	-	100	193.383,15	168.230,00	86,99
Cadastro Cartográfico Digital Georreferenciado dos empreendimentos dos sistemas de incentivos fiscais da amazonia elaborado (5)	Percen.	100	50	50	44.912,55	-	-
Mapoteca ampliada e tecnologicamente modernizada(5)	Unid.	01	-	90	55.102,35	7.956,00	14,44
Sistema para a Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia – REPAQ, baseado na internet, implantado	Percen.	100	30	30	131.611,20	10.886,00	8,27
Documento consolidado sobre as ações implementadas pelo Programa de Desenvolvimento da Vales Amazônicos - PROVAM, e pelo Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira PRODEAM, no âmbito do acordo SUDAM/OEA (6)	Documento	01	01	100	5.103,20	-	-
Documento com as tecnologias de baixo custo e experiências em saneamento básico para comunidades ribeirinhas da Amazônia Legal elaborado e divulgado	Documento	01	-	90	81.035,05	12.784,30	15,78
TOTAL	-----				1.121.535,82	435.342,30	38,82

Avaliação dos Resultados:

Com um saldo de R\$ 622.585,62 oriundo de 2004 mais o aporte de 2005 no valor de R\$683.902,50, totalizou-se um valor de execução programado de R\$1.121.535,82.

A ação de Elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia –PDSA, teve uma execução realizada em 2005 de 50%. Originalmente esta ação deveria iniciar-se em 2004, com a realização dos Estudos Preparatórios, no entanto, por conta da morosidade processual na contratação da Universidade Federal do Pará-UFGPA, para a realização de tais Estudos, os mesmos só puderam iniciar-se em maio de 2005, sendo concluído no mês de novembro. Tais Estudos irão subsidiar a próxima etapa, que é a consolidação do Plano que ocorrerá ao longo de 2006.

Com relação ao Banco de Dados da Amazônia -BADAM, no projeto estava previsto sua ampliação e modernização, no entanto, após contratação, de consultoria, em 2004, para a realização de tal tarefa, descobriu-se que o Banco estava inacessível, por conta de falta de manutenção e ataques de hackers, ocorridos anteriormente. Sendo assim foi necessário, no ano de 2005, um trabalho de resgate do Banco, o que comprometeu o cronograma de execução, sendo assim após seu resgate, foram adquiridos equipamentos para sua modernização e acesso pelos servidores da ADA, que garantiu 30% de execução da ação.

Em 2005 a ação de Elaboração do Planejamento Estratégico, teve concluída uma de suas etapas, com a realização de um Seminário, no Município de Baião-PA, para divulgação dos resultados das pesquisas iniciadas em 2004, tal evento propiciou a demonstração da utilização de um instrumento de planejamento, baseado na utilização de contas regionais, conhecimento apropriado pela ADA. Nesta ação foi iniciado, em 2005, a elaboração de um plano de integração econômica da Região, para dar subsídio à ADA, na elaboração de políticas para diminuir as desigualdades econômicas da Amazônia frente à outras Regiões do país. Essas duas atividades garantiram uma execução de cerca de 30% do programado.

Na Elaboração do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos foi contemplada uma etapa de ordenamento territorial, face a reduzida disponibilidade de recursos, optou-se por uma experiência-piloto de criação de Fóruns consultivos para o ordenamento da BR-163, dentro do contexto do Plano BR-163 Sustentável. Essa ação teve 90% de execução física, no que se refere a Elaboração de um Programa de ordenamento territorial, baseado numa metodologia participativa com os atores

participantes do processo, os 10% não realizados correspondem ao evento para legitimação do Fórum, que não ocorreu por fatores externos ao Projeto, ou seja, retardo nas ações do grupo inter-ministerial que conduz o Plano BR-163 Sustentável, o que comprometera a execução financeira, já que os recursos se destinariam a realização de um evento em Brasília, com deslocamento de lideranças de oito municípios da BR-163, do Estado do Pará, Amazonas e Mato Grosso .

As Ações de Reparcelamento e Modernização do Laboratório de Geoprocessamento; Elaboração do Cadastro Digital; e Ampliação e Modernização da Mapoteca, estão interligadas entre si, portanto após contratação de uma consultoria, aquisição de equipamentos e capacitação de servidores, chegou-se a um percentual de realização das metas programadas, próximo de 100%.

O Documento Consolidado com as ações do PROVAM/PRODEAM foi concluído em 2004, no entanto para sua publicação, em 2005 foi realizado um processo licitatório, concluído somente ao final de dezembro.

A Ação para a Elaboração do Documento com as Experiências em Tecnologias em Saneamento de Baixo-Custo para Amazônia, teve um percentual de execução de 90%, conforme programado no Projeto, e correspondeu ao mapeamento das experiências ao longo da calha do Rio Amazonas e seus afluentes. Com a realização de um Workshop e realização do documento final, em 2006, contendo as experiências e proposições para a solução da problemática perfaz-se a totalização em 100% de execução física da ação. No ANEXO 25 apresentamos o relatório de execução do exercício 2005 do Acordo ADA/OEA.

Projeto: PROGRAMA NACIONAL DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA-PRONAGER AMAZÔNIA

Acordo: DA/FAO-UTF/BRA/040/BRA-TF054151

Fonte de Recursos da Cooperação: OGU/Programa Organização Produtiva de Comunidades – PRODUZIR (8009) – Ação (4831) – Capacitação de Técnicos Multiplicadores e Empreendedores e Ação (0692) – Apoio a Geração de Empreendimentos Produtivos

Forma de Execução: Indireta – Transferência a Organismo Internacional (apoio a projetos oriundos de Governos Estaduais, Municipais e instituições privadas sem fins lucrativos -ONGs). O recurso é aportado na FAO que o transfere à instituição

proponente, via Carta de Acordo, não sendo formalizado convênio ou contrato com a ADA, e sim a Carta de Acordo que é assinada pela FAO e a instituição proponente.

Área de Abrangência: Municípios das Mesorregião do Alto Solimões, Vale do Rio Acre e Bico do Papagaio; do Programa Faixa de fronteira e área de influência da BR-163 que façam parte dos APLs prioritários para o Desenvolvimento Regional mapeados pelo planejamento realizado pela ADA nos Estados da Amazônia Legal, exceto Maranhão, visto que este estado é contemplado pelo PRONAGER-NORDESTE/ADENE.

Objetivo: Combater a situação de desemprego e subemprego nas comunidades pobres, urbanas e rurais, da Amazônia, gerando ocupações produtivas e renda para melhorar a qualidade de vida de seus membros, mediante a capacitação profissional e organizacional, baseada em metodologias diversificadas, centradas na geração de empreendimentos associativos, familiares ou individuais de bens e serviços

Principais Produtos e Metas:

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
1- Formulação de normas (Termos de referência, revisões do documento de projeto...)	Nº Normas/ documentos elaborados	02	02	100%	5.000,00	0	0%
2- Proceder a Divulgação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do PRONAGER	2.1-Nº Viagens de divulgação supervisão/ acompanhamento realizadas,	24	08	33%	122.000,00	21.000,00	17%
	2.2-Nº de materiais informativos elaborados (cartilhas e folders)	02	01	50%	10.000,00	0	0
3- Prover o núcleo gestor de insumos e capacitações necessárias ao seu funcionamento	3.1-Nº de cursos/treinamentos realizados	04	04	100%	15.000,00	0	0%
	3.2-Equipamentos e materiais de consumo adquiridos	10	04	40%	40.000,00	18.000,00	45%
4- Construir implementar e sistemas informatizados	Sistema construído e implementado	01	0	0	50.000,00	0	0%

os para gerenciamento e monitoramento do Projeto							
5-Realizar 01 reunião de planejamento e avaliação das ações do Projeto	Reunião realizada	01	0	0	60.000,00	0	0%
6-Assessorias coordenadas locais dos projetos apoiados nos aspectos financeiros e orçamentários	Assessorias realizadas	8	0	0	24.000,00	0	0%
7-Capacitar as equipes técnicas dos projetos locais apoiados	Nº de pessoas capacitadas	40	15	37,5%	50.000,00	0	0%
8-Prover as estruturas das coordenações locais dos projetos de suporte tecnológico mínimo	Nº de coordenações atendidas	8	3	37,5%	40.000,00	0	0%
9-Capacitar quadros técnicos locais para apoiarem os empreendimentos gerados	Nº de pessoas capacitadas	8	0	0	50.000,00	0	0%
10-Fortalecer Comitês Técnicos locais para assessorarem os empreendimentos gerados	Nº de comitês fortalecidos	8	03	37,50%	24.000,00	9.000,00	37,50%
11-Realizar oficinas de priorização de subespaços e APLs para atuação do Projeto	Nº de oficinas realizadas	02	02	100%	20.000,00	0	0%
12-Capacitar empreendedores	Nº de empreendedores capacitados	200	240	120%	400.000,00	270.000,00	67,50%

13-Apoiar a estruturação inicial dos empreendimentos	Nº de empreendimentos apoiados	128	162	126%	700.000,00	224.090	32%
14-Cadastramentos empreendimentos gradados/fortalecidos	Nº de cadastros realizados	128	162	126%	20.000,00	0	0%
15-Apoiar a participação de empreendedores em eventos para divulgação e comercialização dos produtos	Nº de empreendimentos apoiados	8	3	37,5%	80.000,00	30.000,00	37,5%
TOTAL					1.710.000,00	572.090,00	33,45%

O Saldo não utilizado no exercício 2005 será transferido para o plano de trabalho 2006: R\$1.137.910,00

Avaliação dos Resultados:

A atividade 1 foi realizada por técnicos da coordenação Regional do PRONAGER-Amazônia sem a necessidade de consultoria externa, sendo executada em 100% do programado.

As viagens de divulgação previstas na sub-atividade 2.1 foram executadas, porém as viagens de supervisão/acompanhamento aos projetos não foram realizadas devido o atraso na aprovação dos mesmos, tanto em função da aprovação tardia do Termo de Referência para apresentação de projetos, por parte da FAO, quanto pela dificuldade que os proponentes demonstraram no que diz respeito a elaboração de projetos multiinstitucionais consistentes, desse modo essa atividade apresentou um percentual de realização de 33% em metas físicas e 17% das metas financeiras;

A sub-atividade 2.2 foi realizada em 50% correspondendo a elaboração e edição e reprodução do folder do PRONAGER-Amazônia. A cartilha não foi produzida por falta de material que reproduzisse a execução (fotos dos eventos de capacitação) que ilustrasse a edição. A cartilha foi reproduzida na estrutura da ADA, portanto sem custos para o Projeto de Cooperação Técnica-PCT.

A sub-atividade 3.1 teve um percentual de realização física de 100% do programado, sendo executada com recursos da ADA e do MI.

A sub-atividade 3.2 teve um percentual de realização física de 40% e financeira de 45% devido a dificuldades na operacionalização da sistemática de compras por parte do PNUD (a sistemática de compras adotada pela FAO acima de determinado valor é realizada pelo PNUD);

A atividade 4 teve percentual de execução 0 em função da dificuldade de selecionar uma empresa/instituição que disponibilize um sistema de gerenciamento, acompanhamento e avaliação dos resultados do projeto nos moldes planejados pelo Projeto de Cooperação.

As atividades 5, 6,9 tiveram percentual de execução 0, não foram implementadas em função do atraso na aprovação do Termo de Referência, por parte da FAO e no atraso da aprovação dos projetos visto que os proponentes sentiram dificuldades em apresentar projetos multiinstitucionais coadunados com os objetivos do PRONAGER-Amazônia: Geração de trabalho e renda.

A atividade 10 teve um percentual de realização física e financeira de 37,50% em virtude de problemas na estratégia de divulgação e na dificuldade por parte das instituições proponentes na elaboração de projetos multiinstitucionais e em concordância com o estabelecido no Termo de Referência para apresentação de projetos ao PRONAGER-Amazônia.

As oficinas previstas na atividade 11 foram realizadas pela ADA, com recursos próprios, com percentual de 100% do programado em todos os estados da Amazônia legal com a denominação de SPIRAL.

As atividades 7, 8 e 14 tiveram percentual de realização física de 37,5%,37,5% e 126% respectivamente. Essas atividades foram dispostas nos projetos como contrapartida das instituições proponentes;

A atividade 12 teve um percentual físico de realização de 120%, provavelmente em função da subestimação, por ocasião do planejamento, do número de pessoas capacitadas e apresentou um percentual de realização financeira de 67,5% em razão de problemas na estratégia de divulgação utilizada e no pequeno número de projetos recebidos em conformidade com o Termo de Referência.

A Atividade 13 teve um percentual de execução física de 126% provavelmente em função da subestimação, por ocasião do planejamento, do número de empreendimentos/unidades familiares atendidas em cada projeto e um percentual de execução financeira de 32% em razão de problemas na estratégia de divulgação utilizada e no pequeno número de projetos recebidos em conformidade com o Termo de Referência.

Os recursos empregados nas atividades 12 e 13 foram/serão transferidos em parcelas pela FAO a instituição proponentes, via carta de acordo assinada entre esse Organismo e as Prefeituras/Governos Estaduais. A soma dessas duas atividades

(R\$494.090,00) foi destinada à capacitação de 240 empreendedores em cursos técnicos e de gestão -sendo 87 empreendedores do APL (Arranjos Produtivos Locais) de móveis no Acre (Prefeitura Municipal de Rio Branco) e 153 do APL de Fruticultura (cupuaçu) nos Estados do Amazonas (Prefeitura Municipal de Manaus e Açaí no Amapá (Governo do Estado do Amapá) - e ao fortalecimento de 162 empreendimentos desses APLs para a melhoria da qualidade dos produtos, adoção de novas técnicas de produção e beneficiamento, aumento da produtividade, divulgação dos produtos, realização de feira de negócios e assistência técnica, creditícia e mercadológica aos beneficiários dos projetos.

A Atividade 14 é uma atividade diretamente relacionada com a atividade 13, e portanto sofreu reflexo desta, apresentando um percentual de 126% de realização das metas físicas. Essa atividade foi apresentada nos projetos apoiados como contrapartida das instituições proponentes.

A atividade 15 apresentou o percentual físico e financeiro de 37,5% de execução do programado não foram implementadas em função do atraso na aprovação do Termo de Referência, por parte da FAO, na ineficiência da estratégia de divulgação utilizada para o Termo de Referência e no atraso da aprovação dos projetos visto que os proponentes sentiram dificuldades em apresentar projetos multiinstitucionais coadunados com os objetivos do PRONAGER-Amazônia: Geração de trabalho e renda.

O percentual total de execução financeira é de 33,45% parte desse percentual deve-se a inexecução pelos motivos já expostos e parte se deve a realização de atividades com recursos da ADA ou da instituição proponente como contrapartida, o que podemos considerar como uma economia de recursos que será remanejada para o apoio a projetos finalísticos.

Assim, no sentido de implementarmos as metas remanescentes de 2005 e as de 2006, demos início a nova estratégia de divulgação do Termo de Referência e formulário de projeto para demanda das instituições. A nova estratégia prevê além da publicação do Termo de Referência no site da ADA o envio de ofícios encaminhados aos Governos Estaduais e Prefeituras de diversos municípios constantes da área de abrangência do Programa. De acordo com o interesse demonstrado pelas prefeituras municipais e ONGs podemos prever que o recurso financeiro de que dispomos será pequeno para apoiarmos os projetos enviados. No que tange a dificuldade na elaboração de projetos por parte das instituições demandantes planejamos para 2006 a realização de várias oficinas de elaboração de projetos. No momento de avaliação do

PCT/ADA/FAO, em reunião tripartite, será tratado sobre a morosidade do Organismo Internacional na análise e aprovação dos documentos. No ANEXO 26 apresentamos o relatório de execução do exercício 2005 do Acordo ADA/FAO.

5. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

As medidas utilizadas para solucionar as disfunções, foram direcionadas para atendimento nos Programas 0750 – Administração da Unidade que em 2004, com a suplementação pelo MI recursos para atendimento das ações de apoio administrativo que serviram de suporte para as atividades fins, além da aquisição de materiais de consumo e permanentes, assim, como serviços necessários ao funcionamento adequado das atividades desenvolvimento pela ADA no Programa 1022 – PROMOVER, com suplementação pelo MI para complementação de ação.

6. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

6.1 Transferência de Recursos (Convênios e Outros Meios)

Considerando as transferências voluntárias anexamos o Quadro 7 no qual constam os convênios, descentralizações, contratos e acordos efetivados em 2005 administrados pela ADA e executados por suas Coordenações e Gerências Executivas de acordo com a Estrutura Organização, áreas afins e Plano de Ação 2005 da ADA.

Como citado no Relatório de Gestão de 2004 esta Agência passou a ter como uma das suas atribuições a gestão dos Convênios firmados pela extinta SUDAM, em razão da Portaria nº 46 da Inventariança Extrajudicial da Extinta SUDAM, publicada no Diário Oficial da União de 26.11.2003.

Naquela oportunidade, por não contar em sua estrutura organizacional, com departamento ou coordenação que pudesse atender à nova atribuição, constituiu-se, através da Portaria nº 06, de 16.01.2004, a primeira Comissão Permanente de Convênios, que, posteriormente, foi substituída pelas Portarias Nºs 32 e 103 (ANEXO 27), de 30.03.2004 e de 06.07.2005, respectivamente, com o objetivo de administrar os convênios transferidos pela Inventariança Extrajudicial da Extinta SUDAM e exercer atividades de prestação de contas e tomada de contas especial.

Apresentamos a relação de convênios que foram transferidos com a situação atualizada até 31.12.2005 (Quadro 14), assim como a relação das prestações de contas e tomadas de contas especiais (Quadro 15).

Nesse sentido, apresentamos-lhe abaixo o quantitativo das principais atividades executadas por esta Comissão.

Principais Atividades da CPC em 2005

Quantidade	Discriminação
17	Inspeções físicas
23	Análise de prestação de contas “in loco”
13	Pareceres Financeiros emitidos
5	Instauração de Tomada de Contas Especial
4	Aprovação das contas (destes 02 foram firmados pela ADA)
9	Tomada de Contas Especial concluídas
8	Reinstrução de Tomada de Contas Especial concluídas
6	Regularização das situações no SIAFI
59	Notificações
34	Circularizações de Notas fiscais

7. CONTOLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS

Não possuímos previdência privada complementar.

8. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não possuímos programas nem projetos financiados com recursos externos.

9. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

9.1 Identificação do Projeto ou Instituição Beneficiada

De acordo com o Quadro 9 correspondente identificamos as 179 empresas beneficiadas por renúncia fiscal em 2005.

9.2 Valor dos Investimentos, dos Incentivos e dos Recursos Liberados no projeto/entidade no exercício.

Não foram liberados recursos para os projetos aprovados, uma vez que o benefício concedido resulta em redução de Incentivos fiscais.

9.3 Impacto sócio-econômico gerado

Os Investimentos realizados por 179 projetos com benefício da renúncia fiscal, decorrente de Implantação, Ampliação, Diversificação e Modernização da empresa, durante o ano de 2005, determinaram impactos sócio-econômicos positivos, como a criação de 55.153 novos empregos diretos e investimentos fixos previstos na ordem de R\$ 3.585.891.723,00 que certamente proporcionará enorme incremento na economia regional e relevante importância na absorção de mão-de-obra regional.

9.4 Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas (incluindo identificação das fiscalizações, realizadas de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas)

Especificamente a ADA, não fiscaliza as empresas beneficiárias com a Isenção ou Redução do Imposto de Renda. Uma vez constatado que a empresa atende a legislação vigente, a ADA por força do Regulamento de Incentivos Fiscais administrados pela Agência, realiza vistoria técnica na empresa, para constatar se a produção ultrapassou o índice de vinte por cento da capacidade real instalada prevista, para assim, considerar-se que o empreendimento entrou em fase de operação, fator necessário para a expedição do Laudo Constitutivo, documento que irá subsidiar o reconhecimento do direito ao benefício da Redução do Imposto de Renda junto a Delegacia da Receita Federal a que estiver jurisdicionada, a empresa pleiteante.

Por força de competência, caberá a Secretaria da Receita Federal, acompanhar a regularidade das empresas beneficiada com Isenção ou Redução de Imposto de Renda.

9.5 Situação atual do projeto/instituição (incluindo objetivos e metas previstas vs. Realizadas)

A situação do projeto constitui a fase de tramitação do projeto nesta Agência. Sendo consideradas em operação os projetos que ultrapassaram 20% da capacidade instalada prevista (Laudo Constitutivo – Art. 1º da M.P. 2.199-14/2001) e em Manutenção os projetos que renovaram o benefício com a redução escalonada (Declaração - Art. 2º da M.P. 2.199-14/2001), o que apresentamos no Quadro 10 anexo.

9.6 Legislação Pertinente

A legislação que ampara o benefício da renúncia fiscal encontra-se no ANEXO 30.

10. AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Administração dos instrumentos financeiros da Amazônia representado pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, criado pela Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e regulamentado pelo Decreto Nº 4.254, de 31 de maio de 2002 (ANEXO 8) e alterações estabelecidas pelo Decreto Nº 5.593, de 23 de novembro de 2005 (ANEXO 7).

- No ano de 2005 foi efetivamente estruturada uma equipe de técnicos para operacionalizar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. Esta equipe elaborou um roteiro e modelo de apresentação de carta-consulta que foi aprovado pela Diretoria Colegiada da ADA através da Resolução Nº 12 de 27/06/2005 (ANEXO 10).

- As análises das cartas-consultas foram realizadas em restrito cumprimento ao Decreto nº 4.254 de 31/05/2002 (ANEXO 8) e suas alterações previstas no Decreto nº 5.593 de 23/11/2005 (ANEXO 7).

- Todas as cartas foram submetidas ao enquadramento previsto no OF. Nº 1.232/MI de 14/10/2004 estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, bem como as Diretrizes e Prioridades 2004/2005 do FDA (ANEXO 28).

- No decorrer do ano de 2005 foram realizadas 49 (quarenta e nove) análises de cartas-consultas conforme o quadro da relação das empresas que

apresentaram carta-consulta para apreciação incluindo a re-apresentação de CC, que foram devolvidas para complementação de informações Quadro 11.

- As cartas-consultas apresentadas por estado estão quantificadas no Quadro 5 presente relatório e atingem um total de 31(trinta e um) pleitos. Das cartas-consultas apresentadas, 5 (cinco) foram aprovadas Resoluções 17, 19, 20, 21 e 22 (ANEXO 29), 6 (seis) foram indeferidas e 19 (dezenove) foram devolvidas para complementação das informações conforme consta do Quadro do Estágio de Cartas-Consultas Apresentadas no Quadro 12.

- Os valores das fontes das cartas-consultas aprovadas estão detalhados no Quadro 13 do presente relatório.

- Das 5 (cinco) cartas-consultas aprovadas 3 (três) projetos já foram apresentados e encontram-se no Banco da Amazônia para análise final do projeto definitivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias definido no Decreto Nº 4.254 (ANEXO 8), alterado pelo Decreto Nº 5.593 (ANEXO 7).

- Todas as informações relativas ao roteiro e modelo de apresentação, normas, tramitação e estágio das cartas-consultas apresentadas encontram-se a disposição para consulta no site da ADA (www.ada.gov.br).

- Ressaltamos que encontra-se em andamento um estudo, com assessoramento da Gerência dos Fundos do Ministério da Integração visando a unificação dos procedimentos da ADA e ADENE de a análise das cartas-consultas , para futura instituição de um modelo de análise proposto pela Fundação Getúlio Vargas. Para atingir esse fim foram realizados dois seminários na sede da ADA, com participação de representantes do Ministério da Integração Nacional, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, ADA e ADENE.

- A dotação orçamentária do Fundo, no ano de 2005 foi de R\$ 607.789.536,00 (seiscentos e sete milhões setecentos e oitenta e nove mil e quinhentos e trinta seis reais), deste valor nada ainda foi liberado pois como já foi exposto acima apenas 3 (três) projetos encontram-se no Banco da Amazônia para apreciação final, destas análises ,nenhuma ainda foi concluída pelo BASA.

- Em 24 de junho de 2005 o ADA e o BASA celebraram um Convênio para análise pelo último da viabilidade técnico-econômico-financeira de projetos interessados no recebimento de recursos do FDA, de seu risco e dos tomadores do recurso, bem como sua operacionalização.

- Em 22 de dezembro de 2005 foi assinado o 1º Termo Aditivo do Convênio celebrado entre a ADA e o BASA em 31 de dezembro de 2004, tendo como objeto a prorrogação do prazo de vigência, com vistas à garantia e aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, exercício 2004, no valor de R\$ 499.600.000,00 (quatrocentos e noventa e nove milhões e seiscentos mil reais), de 31/12/2005 para 31/12/2006.

- Na mesma data (22/12/2005) foi firmado outro Convênio entre a ADA e o BASA para garantir a aplicação dos recursos do exercício 2005 do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia FDA no valor de R\$ 607.789.536,00 (seiscentos e sete milhões setecentos e oitenta e nove mil e quinhentos e trinta e seis reais).

- A identificação e situação atual das cartas-consultas analisadas estão no Quadro 11 do presente relatório.

- Até a presente data nenhum valor relativo ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia foi liberado, pois nenhum projeto obteve aprovação final desta agência de Desenvolvimento, por esta razão as ações até o momento implementadas por esta Coordenação não geraram impactos sócio-econômicos na região.

- Esta Coordenação não efetua acompanhamento nos projetos analisados.